



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.3/S.3



Processo nº: 33.679/11 (a)
Apensos nºs: 040.001.949/10 e 040.001.742/10
Jurisdicionada: Secretaria de Estado de Fazenda - SEFAZ
Assunto: Tomada de Contas Anual
Órgão Técnico: Secretaria de Contas - SECONT
MP: Procuradora CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA
Sessão: Pauta nº 41, S.O. nº 4784, de 18.6.2015
Publicação: DODF nº 113, de 15.6.2015, pág. 11
Ementa: Tomada de Contas Anual dos Ordenadores de Despesa, Agentes de Material e demais responsáveis da Secretaria de Estado de Fazenda referente ao exercício de 2009. O CONTROLE INTERNO atestou a irregularidade das contas. NO TRIBUNAL foi determinada a realização de diligência (Decisão nº 1.385/13-CSPM). Atendimento. PARECERES CONVERGENTES: audiência dos responsáveis e determinações à jurisdicionada. VOTO de acordo com os Pareceres.

RELATÓRIO

Cuidam os autos da Tomada de Contas Anual dos Ordenadores de Despesa, Agentes de Material e demais responsáveis da Secretaria de Estado de Fazenda referente ao exercício de 2009.

2. Os responsáveis, no período indicado, foram os seguintes servidores:

a) Ordenadores de Despesas e demais Responsáveis

NOME	CARGO/FUNÇÃO	PERÍODO
Valdivino José de Oliveira	Secretário de Estado	01.01 a 30.11.2009
André Clemente Lara de Oliveira	Secretário de Estado	01.12 a 31.12.2009



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.3/S.3

Fls.:

Proc.: 33.679/11

Rubrica

Analice Maria Marçal de Lima	Chefe da Unidade de Adm. Geral – Respondendo	01.01 a 12.02.2009
	Chefe da Unidade de Adm. Geral	13.02 a 15.02.2009
		08.03 a 31.12.2009
	Diretor Administrativo - Financeiro	01.01 a 12.02.2009
Analice Marques da Silva	Chefe da Unidade de Adm. Geral - Substituta	16.02 a 07.03.2009
José Carlos Riccioppo	Subsecretário do Tesouro	01.01 a 04.12.2009
Adão Nunes da Silva	Subsecretário do Tesouro	05.12 a 31.12.2009
Dagoberto Queiroz Mariano	Diretor Administrativo –	13.02 a 27.09.2009
	Financeiro – Respondendo	18.10 a 31.12.2009
Jairo Portela de Medeiros	Diretor Administrativo – Financeiro – Substituto	28.09 a 17.10.2009
José Alves de Souza	Diretor Geral Adm. Financeira**	01.01 a 31.12.2009
José Emílio Assunção da Silva	Gerente da Gerência Financeira**	01.01 a 31.12.2009
Edinez Souza Ramos Pestana	Gerente de Pagamento e Controle Financeiro	01.01 a 28.06.2009
		14.07 a 02.09.2009
Francisco das Chagas Silva	Gerente de Pagamento e Controle Financeiro	03.09 a 20.09.2009
		11.10 a 31.12.2009
Laurinéia Araujo Silveira	Gerente de Pagamento e Controle Financeiro –	29.06 a 13.07.2009
	Substituta	21.09 a 10.10.2009
Getúlio João da Silva	Chefe do Núcleo de Tesouraria Geral	01.01 a 31.08.2009
		11.09 a 31.12.2009
Edson Lourenço de Jesus	Chefe do Núcleo de Tesouraria Geral – Substituto	01.09 a 10.09.2009

Fonte: Documentos de fls. 05-08 e 27-39 do apenso

b) Agente de Material

NOME	CARGO/FUNÇÃO	PERÍODO
Volmir Zaro	Chefe do Núcleo de Material	01.01 a 11.11.2009
		12.12 a 31.12.2009
Rômulo Rodrigues de Macedo	Chefe do Núcleo de Material – Substituto	12.11 a 11.12.2009

Fonte: Documentos de fls. 08 e 40 do apenso*.

** Cargos extintos pelo Decreto n.º 27.782, de 15.03.2007 (DODF de 16.03.2007)

* Processo GDF n.º 040.001.949/2010, apenso.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.3/S.3

Fls.:

Proc.: 33.679/11

Rubrica

c) Responsável por Bens Apreendidos

NOME	CARGO/FUNÇÃO	PERÍODO
Márcia Pacheco Laboissieire	Chefe do Núcleo de Adm. do Depósito de Bens Apreendidos	01.01 a 31.12.2009

Fonte: Documentos de fls. 05 e 12 do apenso*.

3. O valor em exame nestas contas monta em R\$ 12.175.144.798,45.

4. O Controle Interno atestou a irregularidade das contas, conforme Certificado de Auditoria nº 18/11-DIRAS/CONT (fls. 2328/2329 do Processo nº 040.001.949/10).

5. Na Sessão de 4.4.2013, o Tribunal, acolhendo Voto deste Relator, exarou a Decisão nº 1.385/13 (fls. 166/167), **in verbis**:

DECISÃO Nº 1385/2013-CSPM

“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I. tomar conhecimento da tomada de contas anual dos Administradores e demais Responsáveis da Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal, referente ao exercício financeiro de 2009; II. relevar o atraso de 9 (nove) dias no encaminhamento das contas ao Tribunal; III. determinar à Secretaria de Estado de Fazenda que, por suas unidades técnicas competentes, e com base nos registros contábeis, no prazo de 30 (trinta) dias, prestem as seguintes informações com vistas ao saneamento dos autos: a) esclareça por que havia, em 2009, responsáveis nomeados para os cargos de Diretor-Geral de Administração Financeira e de Gerente da Gerência Financeira, uma vez que os mesmos foram extintos pelo Decreto nº 27.782/2007; b) informe o nome completo, CPF, data de nascimento, nome da mãe, endereço residencial, telefone, período(s) de gestão, atos de nomeação, designação, dispensa ou exoneração e respectivas datas de publicação necessários à caracterização do(s) responsável(eis) e eventuais substitutos que exerceram os cargos de Diretor da Diretoria-Geral de Gestão Financeira - DIGEF e de Chefe da Unidade de Administração Tecnológica - UAT daquela Secretaria, no exercício de 2009; c) apresente justificativa para a diferença de R\$ 152.107,53, verificada entre o valor constante do Inventário Físico de Mercadorias do exercício de 2009 informado pelo Núcleo de Administração do Depósito de Bens Apreendidos/GEFMT/DIFIT/SUREC (R\$ 3.112.366,89, fls. 293 do Processo apenso nº 040.001.742/2010) e o registrado no balancete contábil da UG 130101 – Secretaria de Estado de



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.3/S.3

Fls.:

Proc.: 33.679/11

Rubrica

Fazenda (R\$ 3.264.474,42, fls. 294 dos referidos autos); d) informe os mecanismos utilizados para acompanhar e controlar os atos e fatos que dão suporte aos lançamentos efetuados na conta contábil 112190500 – Mandado de Sequestro (UG 130101); e) apresente justificativa para a delonga na regularização do saldo de R\$ 12.885,67 registrado na Conta Contábil 121210621 – Depósitos Judiciais a Receber das Empresas (UG 130101), oriundo do exercício de 2003; f) preste circunstanciados esclarecimentos para a excessiva demora na devolução das garantias fornecidas por terceiros, cujas obrigações já foram extintas, e baixa dos respectivos saldos registrados há longa data nas Contas Contábeis 711410100 – Depósitos de Cauções em Espécie (UG 130101), 211410000 – Depósitos e Cauções (UG 130101) e 711410100 – Depósitos de Cauções em Espécie (UG 130103); g) encaminhe, se ainda não o fez, o Processo de TCE nº 040.002.086/2009, localizado na Corregedoria Fazendária – COFAZ, à Subsecretaria de tomada de contas especial da Secretaria de Estado de Transparência e Controle; h) informe o parâmetro (divisor de remuneração) empregado no cálculo do adicional noturno pago aos servidores da Secretaria que trabalharam em regime de escala de revezamento em plantão, no período de setembro/2004 até a presente data, com vistas à verificação da regularidade dos procedimentos adotados; i) envie a documentação comprobatória do pagamento indevido efetuado à empresa CIMCORP, no valor de R\$ 150.000,00, referente a evento de treinamento que não ocorreu, segundo apontado pelo Controle Interno no subitem 10.1 do Relatório de Auditoria nº 18/2011 – DIRAS/CONT (fls. 2254/2327 do Processo apenso nº 040.001.949/2010); j) remeta a esta Corte os resultados das sindicâncias instauradas em cumprimento às recomendações do Controle Interno contidas nos subitens 10.3 (equipamentos cedidos sem documentação), 10.4 (ausência de informação sobre o uso de licenças ORACLE), 10.5 (ausência de justificativa para a contratação de licenças ORACLE database Enterprise Edition), 10.6 (contratação de serviço já contemplado em outro contrato) e 10.9 (pagamento contratado e não realizado) do Relatório de Auditoria nº 18/2011 – DIRAS/CONT, anexando cópias dos relatórios conclusivos das respectivas comissões; k) informe o número dos processos de tomadas de contas especiais instauradas para apuração dos fatos relacionados com as irregularidades mencionadas nos subitens 10.1 (pagamento por capacitação não realizada) e 10.6 (contratação de serviço já contemplado em outro contrato) do aludido Relatório, segundo recomendação do Controle Interno, enviando a esta Corte cópia dos relatórios conclusivos das comissões apuradoras; l) envie o demonstrativo atinente à tomada de contas especial tratada no Processo nº 040.001.877/2005, com as informações previstas nos incisos I a VIII do art. 14 da Resolução nº 102/1998 - TCDF; IV. determinar à Secretaria de Estado de Fazenda que, após o encerramento dos trabalhos apuratórios, encaminhe as tomadas de contas especiais tratadas nos Processos nºs 040.000.691/2006 e



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.3/S.3

Fls.:

Proc.: 33.679/11

Rubrica

126.000.013/2008 ao órgão central de Controle Interno, para cumprimento do rito ordinário preconizado nos arts. 8º a 11 da Resolução nº 102/98 - TCDF, esclarecendo àquele Órgão que as referidas contas especiais não devem constar do demonstrativo previsto no art. 14 da citada Resolução pelo fato dos prejuízos apurados nesses autos ultrapassarem o valor de alçada fixado pela Resolução nº 181/2007 – TCDF; V. considerar regular o encerramento das tomadas de contas especiais objeto dos Processos nºs 040.000.645/2007 e 030.008.846/2003, haja vista as informações contidas nos correspondentes demonstrativos, juntados às fls. 404 e 413/420 do Processo nº 040.001.949/2010; VI. autorizar: a) a devolução dos Processos nºs 040.001.949/2010 (11 volumes) e 040.001.742/2010 (2 volumes) à Secretaria de Estado de Fazenda, a fim de subsidiar o atendimento das determinações propostas, alertando-a quanto à obrigatoriedade de devolvê-los a esta Corte, após o cumprimento das respectivas diligências; b) o retorno dos autos à Secretaria de Contas, para adoção das providências de praxe.”

6. Em atenção ao decidido, a jurisdicionada encaminhou o Ofício nº 348/13-GAB/SEF (fls. 171) e anexos de fls. 172/496.

MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO INSTRUTIVO

7. O Corpo Técnico, por meio da Informação nº 325/13-SECONT/1ª DICONT (fls. 512/558), analisa a matéria nos termos seguintes:

“Do Cumprimento da Diligência

6. Neste momento processual, iremos analisar os esclarecimentos prestados pela SEF, em cumprimento aos itens III e IV da Decisão nº 1385/2013, conforme a seguir:

Ponto da Decisão nº 1385/2013	“III. determinar à Secretaria de Estado de Fazenda que, por suas unidades técnicas competentes, e com base nos registros contábeis, no prazo de 30 (trinta) dias, prestem as seguintes informações com vistas ao saneamento dos autos: a) esclareça por que havia, em 2009, responsáveis nomeados para os cargos de Diretor-Geral de Administração Financeira e de Gerente da Gerência Financeira, uma vez que os mesmos foram extintos pelo Decreto nº 27.782/2007;”
Resposta da jurisdicionada	Por meio do Memorando n.º 51/2013-DIGEP/SUAG/SEF (fls. 183-188), o Diretor da Diretoria de Gestão de Pessoas da SEF esclareceu, preliminarmente, que, com o advento do Decreto nº 27.782, de 15 de março de 2007, publicado no DODF n.º 53 de 16.03.2007, republicado conforme DODF n.º 70 de 12.04.2007, o qual dispôs sobre a estrutura orgânica da referida Secretaria, foram criados os cargos de Diretor da Diretoria Geral de Gestão Financeira e de Gerente da



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.3/S.3

Fls.:

Proc.: 33.679/11

Rubrica

	<p>Gerência de Pagamento e Controle Financeiro, sendo extintos o de Diretor da Diretoria Geral de Administração Financeira e o de Gerente da Gerência Financeira. Em seguida, após relacionar todos os ocupantes, titulares e substitutos eventuais, dos cargos de Diretor da Diretoria Geral de Gestão Financeira e de Gerente da Gerência de Pagamento e Controle Financeiro, no período de 03/2007 a 12/2010, ressaltou que não seria possível que os cargos extintos estivessem sendo ocupados pelos servidores relacionados, já que os mesmos estavam nomeados para os cargos com a nomenclatura constante na nova estrutura. Por fim, refutou a informação de que havia possíveis ocupantes nos cargos de Diretor da Diretoria Geral de Administração Financeira e de Gerente da Gerência Financeira em 2009, haja vista que o Sistema Único de Gestão de Recursos Humanos – SIGRH não permite que seja cadastrado ocupante de cargo em comissão extinto. Verificamos que, às fls. 189-267, foi juntada a documentação comprobatória dos fatos alegados pela jurisdicionada.</p>
Análise	<p>Impende registrar, por oportuno, que a diligência em questão baseou-se no fato de o Corpo Técnico ter constatado, mediante pesquisa no Sistema de Protocolo e Acompanhamento Processual desta Corte, a existência de responsáveis nomeados para cargos extintos pelo Decreto nº 27.782/2007. Com efeito, conforme se verifica na Informação n.º 238/2012 – SECONT/1ª DICONTE (fls. 97 e 98), o Sr. José Alves de Sousa era responsável pelo cargo de Diretor Geral de Administração Financeira, no período de 01.01 a 31.12.2009, e o Sr. José Emílio Assunção da Silva pelo cargo de Gerente da Gerência Financeira, no mesmo período. Entretanto, de acordo com as informações prestadas pela SEF, o Sr. José Alves de Sousa foi nomeado para exercer o cargo de Diretor da Diretoria Geral de Gestão Financeira, conforme Decreto de 24.04.2008 (DODF nº 78, de 25.04.2008), e exonerado do referido cargo pelo Decreto de 17.12.2009 (DODF n.º 244, 18.12.2009), fls. 184 e 202-203. Quanto ao Sr. José Emílio Assunção da Silva, aquela jurisdicionada esclareceu que o mesmo não poderia estar ocupando o cargo de Gerente da Gerência Financeira, no exercício de 2009, tendo em vista que havia sido nomeado, em 16.03.2007, para o cargo em comissão de Gerente da Gerência da Despesa Pública, no qual permaneceu até 06.05.2010, data da sua exoneração, fls. 183 e 198-199. Conforme se pode observar, a ocorrência em comento resulta de inconsistência no cadastro de responsáveis da base de dados deste Tribunal que se encontrava, no presente caso, desatualizado. Ressalte-se, porém, que a responsabilidade pela inclusão de informações no citado cadastro, em relação aos órgãos da Administração Direta, pertencia, à época, à própria SEF. Considerando que se trataram de casos isolados, entendemos que a Corte possa relevar a falha em apreço. Acrescente-se que, a partir das informações prestadas (fls. 183-188), mormente em relação aos titulares e respectivos substitutos dos cargos da Diretoria Geral de Gestão Financeira e da Gerência de Pagamento e Controle Financeiro, elaboramos novo rol de responsáveis, conforme Papel de Trabalho acostado às fls. 500-501, em substituição ao constante do item 2 da Informação n.º 238/2012 – SECONT/DICONTE (fls. 97-98). Com o acréscimo de novos membros ao Rol de Responsáveis, foi necessário consultarmos o sítio da SEF a fim de obter as respectivas certidões de regularidade fiscal perante a Fazenda Pública e</p>



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.3/S.3

Fls.:

Proc.: 33.679/11

Rubrica

	logramos êxito em conseguir os documentos relativos aos Srs. José Itamar Feitosa e Maria de Fátima Moreira Costa, fls. 502-504. Todavia, em relação à Sra. Helena Mascarenhas Lustosa não foi possível obter a respectiva certidão, devido a existência de pendências. Porém, entendemos desnecessária determinação do Tribunal à SEF, com vistas à intimação da citada servidora para que apresente o referido documento, porquanto a experiência tem demonstrado que essas certidões normalmente apresentam débitos de natureza particular, isto é, resultantes da situação dos responsáveis como contribuintes de impostos, taxas e contribuições, que não têm nenhum reflexo na gestão em apreço. Nesse sentido, entendemos que o Tribunal possa considerar atendida a diligência em comento.
Ponto da Decisão nº 1385/2013	“(…) b) informe o nome completo, CPF, data de nascimento, nome da mãe, endereço residencial, telefone, período(s) de gestão, atos de nomeação, designação, dispensa ou exoneração e respectivas datas de publicação necessários à caracterização do(s) responsável (eis) e eventuais substitutos que exerceram os cargos de Diretor da Diretoria-Geral de Gestão Financeira - DIGEF e de Chefe da Unidade de Administração Tecnológica - UAT daquela Secretaria, no exercício de 2009;”
Resposta da jurisdicionada	Por meio do Memorando nº 52/2013-DIGEP/SUAG/SEF (fls. 269-275), o Diretor da Diretoria de Gestão de Pessoas da SEF prestou as informações solicitadas.
Análise	A relação encaminhada permitiu-nos complementar o Rol de Responsáveis de fls. 500-501, com os dados relativos ao titular e substituto da Unidade de Administração Tecnológica, no exercício de 2009. Mediante consulta ao sítio daquela Secretaria, conseguimos extrair a certidão de regularidade fiscal perante a Fazenda Pública do Sr. Rogério Oliveira da Silva, fl. 505. Porém, em relação ao Sr. Dagoberto Pina dos Santos, não logramos êxito em obtê-la, em razão da existência de pendências. Pelo mesmo motivo exposto na análise do ponto anterior, entendemos desnecessária determinação do Tribunal à SEF, com vistas à intimação do citado servidor para que apresente o referido documento. Assim, somos por que o Tribunal considere atendida a diligência em apreço.
Ponto da Decisão nº 1385/2013	“(…) c) apresente justificativa para a diferença de R\$ 152.107,53, verificada entre o valor constante do Inventário Físico de Mercadorias do exercício de 2009 informado pelo Núcleo de Administração do Depósito de Bens Apreendidos/GEFMT/DIFIT/SUREC (R\$ 3.112.366,89, fls. 293 do Processo apenso nº 040.001.742/2010) e o registrado no balancete contábil da UG 130101 – Secretaria de Estado de Fazenda (R\$ 3.264.474,42, fls. 294 dos referidos autos);”
Resposta da jurisdicionada	Em relação à ocorrência em apreço, os auditores da Unidade de Controle Interno - UCI da SEF apresentaram, na resposta acostada às fls. 278-279, os seguintes esclarecimentos relevantes, in verbis: “... Em resposta, o Chefe do NUDEP, juntamente com o Gerente de Fiscalização de Mercadorias em Trânsito, por meio do Memo. nº 018/2013-NUDEP/GEFMT/COFIT/SUREC/SEF, de 22 de abril de 2013 (anexo), relatou que o inventário físico do Depósito de Bens Apreendidos é concluído a partir dos registros que vêm sendo realizados em arquivos distintos (planilhas) sem comunicação entre si o que, às vezes, acabam por gerar divergências, como a apontada na Decisão 1385/2013. Tal situação levou à necessidade de revisão dos



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.3/S.3

Fls.:

Proc.: 33.679/11

Rubrica

	<p>lançamentos feitos nos inventários de 2008, 2009, 2010 e 2011, processo em que ficou constatado que as divergências ocorreram devido a erros de digitação e que possibilitou a realização das correções pertinentes (Anexo do Memo. nº 18/2013-NUDEP).</p> <p>Os ajustes realizados foram devidamente encaminhados por meio do Memo. nº 30/2012-NUDEP/GFMT/COFIT/SUREC/SEF, de 10 de agosto de 2012 (cópia em anexo) à Coordenação de Tomada de Contas da Subsecretaria de Contabilidade/SEF, unidade responsável pela instrução das Tomadas de Contas dos Ordenadores de Despesa para as providências de alçada.</p> <p>Outra providência adotada pelos técnicos do NUDEP foi a criação de um vínculo entre os arquivos de controle, de modo a alertar para novas divergências e, assim, possibilitar a imediata correção.</p> <p>Ainda de acordo com os técnicos, os bens estão devidamente conferidos por comissões inventariantes especialmente designadas para esse fim, sendo que na conclusão dos trabalhos, caso ocorram divergências, estas são sanadas de imediato.</p> <p>Em nova averiguação, esta equipe entrou em contato com a Gerência de Secretarias de Estado, da Coordenação de Controle, Orientação e Análise Contábil da Administração Direta, da Subsecretaria de Contabilidade, sendo informada que a <u>divergência foi regularizada</u> em 2012, conforme despacho exarado às fls. 289 do Processo nº 040.001.490/2012 (referente à Tomada de Contas Anual - Exercício 2011), já sob análise do TCDF (cópia anexa)."</p> <p>(...)</p> <p>Dessa forma, entendemos que os esclarecimentos prestados e aqui relatados atendem à determinação contida no Item III, letra "c", da Decisão nº 1385/2013 do TCDF, restando à Secretaria de Fazenda providências quanto à adoção de mecanismos mais adequados, por exemplo, a implantação do Sistema de Mapeamento de Bens Apreendidos (Sistema MAP), capazes de evitar novas ocorrências, como as verificadas pelo Controle Interno." (Grifo do original)</p>
Análise	<p>Conforme se pode depreender da resposta da jurisdicionada, a divergência apontada no item III, alínea "c", da Decisão nº 1385/2013 teve origem no fato de o inventário físico de mercadorias apreendidas ter sido realizado, à época, com base nos registros processados em três arquivos (planilhas) distintos e que não se comunicavam entre si. Esse fato estava causando algumas diferenças como a ora apreciada. Tal situação ensejou a revisão dos lançamentos feitos nas planilhas contábeis e nos inventários de 2008, 2009, 2010 e 2011, tendo sido encontradas divergências relativas a erros de digitação que foram então corrigidas no exercício de 2012, consoante espelha a documentação juntada às fls. 293-301, haja vista a coincidência dos valores informados pelo Memorando nº 021/2012 – NUDEP/GEFMT/COFIT/SUREC/SEF e anexos (fls. 293-299) com os saldos contábeis constantes do documento de fl. 300. Portanto, considerando que a falha em comento não causou nenhum prejuízo ao Erário e que a referida diferença foi devidamente esclarecida e regularizada nos exercícios subsequentes, entendemos que a presente ocorrência deva ensejar apenas ressalva às contas do responsável pelo cargo de Chefe do Núcleo de Administração do Depósito de Bens Apreendidos da SEF, no exercício de 2009, sem embargo de</p>



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.3/S.3

Fls.:

Proc.: 33.679/11

Rubrica

	<i>considerar atendida a diligência em apreço.</i>
Ponto da Decisão nº 1385/2013	<i>“(…) d) informe os mecanismos utilizados para acompanhar e controlar os atos e fatos que dão suporte aos lançamentos efetuados na conta contábil 112190500 – Mandado de Sequestro (UG 130101);”</i>
Resposta da jurisdicionada	<p>Por intermédio do Memorando N.º 015/2013-COGEF/SUTES/SEF e anexos, fls. 312-314, a jurisdicionada apresentou os seguintes esclarecimentos, in verbis:</p> <p>“... informamos que, após a criação pelo Banco Central do Brasil do sistema BACENJUD disponibilizado aos Tribunais, bloqueios judiciais em contas com o CNPJ do GDF tornaram-se comuns. Os recursos são bloqueados e postos a disposição da justiça sem comunicação prévia ao Tesouro. A Coordenação da Gestão Financeira, criada na reestruturação desta Unidade Gestora em substituição a extinta Diretoria Geral de Gestão Financeira, tem como uma de suas competências a conciliação bancária das contas deste governo e, como tal, adotamos o procedimento de registrar contabilmente os débitos protagonizados pela Justiça.</p> <p>Quando o mecanismo de bloqueio passou a atingir recursos variados nas três instituições bancárias (BB, BRB e CEF) onde o Governo do Distrito Federal mantém movimentação financeira, como convênios com a área federal, operações de crédito e transferências governamentais previstas na Constituição, tomamos a iniciativa de buscar maneiras de pelo menos centralizar as ações da Justiça. Analisando a Lei de criação do BACENJUD, concluímos que tínhamos a opção de centralizar os débitos em uma única conta corrente. A partir daí, providenciamos a abertura de ‘conta única’ para atender a demanda, prontamente deferida pelo Exmº. Sr. Ministro Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, Dr. Ives Gandra Martins Filho, cópia em anexo.</p> <p>Ressaltamos, entretanto, a carência de normatização quanto ao acompanhamento destas despesas oriundas de processos junto a Justiça Federal, tornando-nos desconhecedores de eventuais providências que tenham sido tomadas pelas Unidades acionadas, cabendo-nos o único recurso de contabilizar os débitos.</p> <p>Como a defesa jurídica do Distrito Federal remete a Procuradoria Geral do Distrito Federal, resta-nos autuar processo com as informações das instituições bancárias onde foram registrados os saques, para que nos posicione acerca do andamento das ações, assim como a forma como deveremos lidar contabilmente com os valores bloqueados.”</p>
Análise	<i>Reputamos satisfatórios os esclarecimentos prestados pela SEF e entendemos que o Tribunal possa considerar, no presente caso, atendida a diligência em comento.</i>
Ponto da Decisão nº 1385/2013	<i>“(…) e) apresente justificativa para a delonga na regularização do saldo de R\$ 12.885,67 registrado na Conta Contábil 121210621 – Depósitos Judiciais a Receber das Empresas (UG 130101), oriundo do exercício de 2003;”</i>
Resposta da jurisdicionada	<p>Mediante o Memorando Nº 96/2013 – GAB/SUTES (fl. 309), a SEF informou que encaminhou em anexo (fl. 317) “Detalhamento Nota de Lançamento do Sistema” com a 2013NS00069 que comprova a baixa do saldo de R\$ 12.885,67, inscrito na conta 121210621 - Depósitos Judiciais a Receber das Empresas.</p>
Análise	<i>Em que pese a comprovação de regularização da pendência, não houve a apresentação de justificativa para a delonga, conforme demandado pela Corte. Todavia, considerando que, no subitem 4.2.1 (análise do Item I.1.6) da Informação n.º 238/2012-SECONT/1ª DICONT (fls. 103-104), mencionamos</i>



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.3/S.3

Fls.:

Proc.: 33.679/11

Rubrica

	que a referida ocorrência foi apontada como impropriedade pelo Controle Interno no subitem 7.10 do Relatório de Auditoria n.º 18/2011 – DIRAS/CONT (fls. 2254-2327), e, portanto, capaz de ensejar a aposição de ressalva nas contas anuais dos responsáveis pela Subsecretaria do Tesouro, pela Diretoria Geral de Gestão Financeira e pela Gerência de Pagamento e Controle Financeiro da SEF, no exercício de 2009, deixaremos de sugerir providências adicionais. Nesse sentido, entendemos que o Tribunal possa, em caráter excepcional, considerar atendida a diligência em comento.
Ponto da Decisão nº 1385/2013	“(…) f) preste circunstanciados esclarecimentos para a excessiva demora na devolução das garantias fornecidas por terceiros, cujas obrigações já foram extintas, e baixa dos respectivos saldos registrados há longa data nas Contas Contábeis 711410100 – Depósitos de Cauções em Espécie (UG 130101), 211410000 – Depósitos e Cauções (UG 130101) e 711410100 – Depósitos de Cauções em Espécie (UG 130103);”
Resposta da jurisdicionada	Por meio do Memorando Nº 96/2013-GAB/SUTES (fl. 309), a jurisdicionada informou que enviou a Mensagem SIGGO nº 4149, anexa (fl. 320), às Unidades Gestoras, solicitando que as que tivessem registros de depósito na conta 711.410.100, relativos aos anos de 2000 a 2007, e que, ao término do contrato, não tivessem devolvido a garantia à respectiva empresa, deveriam informar o fato à Gerência de Tesouraria/COGEF/SUTES/SEF, no prazo de 45 dias a contar da data de veiculação da mensagem. Acrescentou que, após o prazo determinado, seriam adotadas providências visando à regularização das cauções ou a reversão dos valores aos cofres públicos, possibilitando então as baixas dos saldos contábeis.
Análise	Não obstante a providência adotada pela jurisdicionada, não foram prestados esclarecimentos para a demora na devolução das garantias, conforme demandado pela Corte. Todavia, considerando que, no subitem 4.2.1 (análise do Item I.2.1) da Informação n.º 238/2012-SECONT/1ª DICONTE (fls. 104-105), mencionamos que a referida ocorrência foi apontada como impropriedade pelo Controle Interno, no subitem 7.12 do Relatório de Auditoria n.º 18/2011 – DIRAS/CONT (fls. 2254-2327*), e, portanto, capaz de ensejar a aposição de ressalva nas contas anuais dos responsáveis pela Subsecretaria do Tesouro, pela Diretoria Geral de Gestão Financeira e pela Gerência de Pagamento e Controle Financeiro da SEF, no exercício de 2009, deixaremos de sugerir providências adicionais. Nesse sentido, entendemos que o Tribunal possa, em caráter excepcional, considerar atendida a diligência em comento.
Ponto da Decisão nº 1385/2013	“(…) g) encaminhe, se ainda não o fez, o Processo de TCE nº 040.002.086/2009, localizado na Corregedoria Fazendária – COFAZ, à Subsecretaria de tomada de contas especial da Secretaria de Estado de Transparência e Controle;”
Resposta da jurisdicionada	Pelo Memorando Nº 032/2013-UCF/SEF (fl. 327), o Corregedor Chefe da Unidade de Corregedoria Fazendária da Secretaria de Estado de Fazenda informou ter enviado o Processo n.º 040.002.086/2009 à Subsecretaria de Tomada de Contas Especial/STC, consoante faz prova a documentação acostada às fls. 328-329.
Análise	Mediante consulta aos subitens 4.3.1 e 8.5 da Informação n.º 238/2012 – SECONT/1ª DICONTE (fls. 96-137), verificamos que o Processo de TCE n.º 040.002.086/2009 trata da apuração

* Processo GDF n.º 040.001.949/2010, apenso.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.3/S.3

Fls.:

Proc.: 33.679/11

Rubrica

	de bens não localizados em exercícios anteriores e não tem reflexo nas presentes contas. Ante os esclarecimentos prestados, somos por sugerir que o Tribunal considere atendida a diligência em comento.
Ponto da Decisão nº 1385/2013	“(…) h) informe o parâmetro (divisor de remuneração) empregado no cálculo do adicional noturno pago aos servidores da Secretaria que trabalharam em regime de escala de revezamento em plantão, no período de setembro/2004 até a presente data, com vistas à verificação da regularidade dos procedimentos adotados;”
Resposta da jurisdicionada	<p>Por meio do Memorando n.º 152/2013 - SUAG/SEF e anexos (fls. 335-365), a Subsecretária de Administração Geral da SEF prestou os seguintes esclarecimentos, in verbis:</p> <p>“1. O Tribunal de Contas do Distrito Federal, por intermédio da Decisão n.º 1210/1999 (documento 01), determinou a correção da forma de cálculo do aludido adicional, ‘... corrigir a forma de cálculo do adicional noturno devido aos ocupantes do cargo de Fiscal Tributário, observando a carga horária mensal de 240 h, bem como apurar o montante recebido indevidamente, para fins de ressarcimento ao erário ...’.</p> <p>2. Frise-se que foi formulado pedido de reconsideração contra a sobredita decisão, junto àquela Corte de Contas, por parte do Sindicato dos Funcionários Integrantes da Carreira de Auditoria Tributária do Distrito Federal – SINAFITE/DF, tendo sido exaradas as Decisões nºs 3796/1999 e 6781/1999, por meio das quais foi concedido efeito suspensivo para sua alínea “c” (documento 02).</p> <p>3. Assim sendo, foi negado provimento aos pedidos de reexame, Decisão nº 77/2001, bem como determinado, Decisão nº 341/2004, que fosse dado imediato e efetivo cumprimento ao disposto na alínea “h”, item II, da Decisão nº 1210/1999 (documento 03).</p> <p>4. Anote-se que aquele egrégio Tribunal considerou atendida a determinação constante do item II, da Decisão citada acima, na parte relativa à correção da forma de cálculo do Adicional Noturno devido aos Fiscais Tributários, conforme consta na Decisão n.º 1975/2005 (documento 04), sendo que a parte relacionada a reposição ao erário passou a fazer parte do objeto de Tomada de Contas Especiais, instaurada pela SEF, processo nº 030.003.726/2004, a ser analisada na Corte no processo nº 2626/2004.</p> <p>Torna-se oportuno informar que foi sobrestada a análise da TCE em exame e autorizada a realização de estudos, pela 1ª ICE, quanto à constitucionalidade do art. 7º da Lei n.º 3.436/2004, de acordo com a Decisão nº 4398/2006.</p> <p>Em outubro/2008, foi exarada a Decisão nº 6411/2008-TCDF, cuja ementa a seguir transcreve-se: ‘...acerca da constitucionalidade do art. 7º da Lei nº 3.436/2004, que, de forma genérica, convalidou o pagamento indevido de Adicional Noturno aos servidores da Carreira de Auditoria, tornando ineficazes os termos das Decisões nº 1.210/99, 77/01 e 341/04, no que tange à devolução dos valores recebidos indevidamente.’ (documento 05).</p> <p>5. Ocorre que, a então Secretaria de Planejamento e Gestão retificou a base de cálculo do adicional noturno para 200 (duzentas) horas mensais, a partir do mês de abril de 2010, com a recomendação de utilização da decisão proferida no Recurso Especial nº 419558/PR, a qual teve seus contornos direcionados a pleito efetuado por outro cidadão, além de ser o mesmo servidor público federal (documento 06).</p> <p>Destarte, solicitamos por meio do Ofício nº 354/2011-</p>



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.3/S.3

Fls.:

Proc.: 33.679/11

Rubrica

	<i>DIGEP/UAG/SEF, reiterado pelo Ofício nº 079/2012-DIGEP/UAG/SEF (documento 07), o posicionamento daquela Pasta quanto ao pagamento de possíveis valores atrasados, considerando o fato de que desde a aplicação, em folha de pagamento, do recurso acima mencionado, não houve expressa determinação em fazê-lo. No entanto, até a presente data, não houve manifestação por parte da referida Secretaria.” (Grifos do original)</i>
Análise	<p><i>Ressalte-se que os esclarecimentos prestados pela SEF não foram conclusivos em relação ao questionamento objeto da diligência em comento e pouco acrescentaram às informações que já eram do conhecimento do Tribunal, conforme se verifica na análise constante do item 3 do Papel de Trabalho III, fls. 83 e 84. Todavia, em que pese não ter havido manifestação explícita quanto ao parâmetro (divisor da remuneração base) empregado no cálculo do adicional noturno pago aos servidores daquela Secretaria que trabalharam em regime de escala de revezamento em plantão, no período de setembro/2004 até a presente data, podemos concluir, com base nas informações constantes dos autos, o seguinte: 1) a maioria dos pagamentos realizados até agosto de 2004, a título de adicional noturno devido aos ocupantes do cargo de Fiscal Tributário, foram procedidos com base na carga mensal de 180 (cento e oitenta) horas, portanto, em desacordo com o disposto na alínea “h” do item II da Decisão n.º 1210/1999 e no item II da Decisão n.º 341/2004, fls. 346 e 352, que preconizavam a utilização da jornada de 240 (duzentos e quarenta) horas mensais na fórmula de cálculo. Não obstante, tais percepções indevidas foram convalidadas pelo art. 7º da Lei n.º 3.436, de 09.09.2004, conforme o entendimento desta Corte contido no item II da Decisão n.º 6411/2008, fl. 359; 2) de setembro/2004 a março/2010, a jurisdicionada empregou na apuração da referida vantagem a carga de 240 (duzentos e quarenta) horas mensais, em cumprimento às Decisões n.ºs 1210/1999 e 341/2004 desta Corte; 3) a partir de abril/2010 (fl. 341), em atendimento à recomendação da então Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (fl. 361), a SEF promoveu a adequação da carga horária mensal, utilizada como divisor da remuneração base, para o cálculo do adicional noturno, às disposições contidas na decisão proferida pelo Superior Tribunal de Justiça no Recurso Especial nº 419558/PR (DJ de 26.06.2006), fl. 506, passando a adotar a jornada mensal de 200 (duzentas) horas. Tomando como base o mesmo decisor, o Controle Interno mencionou, no item 5.3 do Relatório de Auditoria n.º 18/2011 – DIRAS/CONT (fls. 2276-2279), que a jurisdicionada efetuou o pagamento a menor do adicional noturno, nos casos em que utilizou como divisor a jornada mensal de 240 horas, e a maior, nas situações em que considerou como parâmetro a carga de 180 horas mensais. Em suma, a decisão adotada no RE n.º 419.558 – PR preconiza que o adicional noturno deve ser calculado com base no divisor de 200 (duzentas) horas mensais, uma vez que, com o advento da Lei n.º 8.112/1990, a jornada máxima de trabalho dos servidores públicos federais passou a ser de 40 (quarenta) horas semanais. Preliminarmente, cumpre ressaltar que o citado julgado do STJ não vincula os atos administrativos praticados no Distrito Federal, porquanto faz coisa julgada apenas entre as partes (União e servidores públicos federais que impetraram a ação). Todavia, é cediço</i></p>

* Processo GDF n.º 040.001.949/2010, apenso.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.3/S.3

Fls.:

Proc.: 33.679/11

Rubrica

	<p>que a jurisprudência das Cortes de Justiça, especialmente dos Tribunais Superiores, serve de balizamento para as decisões de outras instâncias. Sob esse aspecto, verificamos que, no Processo n.º 27.736/2009, o MPJTCDF, com fundamento no disposto no art. 7º, inciso XIII, da Constituição Federal e em jurisprudência e normativos do STJ, TST, TSE e CNJ, exarou o Parecer n.º 0172/10 – IMF, consignando manifestação no sentido de que, para a jornada de 40 horas semanais, deve-se adotar como divisor da remuneração, para fins de cálculo do adicional noturno, a carga mensal de 200 horas, em que pese o paradigma fixado no item II da Decisão n.º 341/2004. Ressaltou, ainda, a necessidade de que o órgão gestor do GDF (Secretaria de Administração Pública do DF) normatizasse a matéria, com o intuito de se evitar a diversidade de valores adotados pelos órgãos distritais. Verificamos que o Tribunal acolheu esse posicionamento, consoante se depreende da determinação contida no item IV da Decisão n.º 546/2014. Registre-se, por oportuno, que o regime de 40 (quarenta) horas semanais também se aplica aos servidores das carreiras do serviço público do Distrito Federal, por força da Lei n.º 2.663/2001, regulamentada pelo Decreto n.º 25.324, de 10 de novembro de 2004. Destarte, concluímos que, no período compreendido entre novembro/2004 (entrada em vigor do Decreto n.º 25.324/2004) e março/2010 (mês anterior a adoção pela SEF do divisor de 200 horas mensais), a jurisdicionada, em estrito cumprimento às orientações desta Corte constantes das Decisões n.ºs 1210/1999 e 341/2004, empregou o divisor de 240 horas mensais no cálculo do adicional noturno devido aos servidores submetidos ao regime de 40 horas semanais, resultando em pagamento a menor da aludida vantagem. Com relação ao emprego por aquela Secretaria do parâmetro de 200 (duzentas) horas mensais, a partir de abril/2010, em atendimento à recomendação da então Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (fl. 361), entendemos que, em razão da determinação contida no item IV da Decisão n.º 546/2014 retrocitada, o Tribunal possa considerar corretos os procedimentos adotados pela jurisdicionada. A nosso ver, também, não obstante a superficialidade dos esclarecimentos prestados pela SEF, o Tribunal pode, no presente caso, considerar atendida a diligência em comento.</p>
Ponto da Decisão nº 1385/2013	<p>“(…) i) envie a documentação comprobatória do pagamento indevido efetuado à empresa CIMCORP, no valor de R\$ 150.000,00, referente a evento de treinamento que não ocorreu, segundo apontado pelo Controle Interno no subitem 10.1 do Relatório de Auditoria n.º 18/2011 – DIRAS/CONT (fls. 2254/2327 do Processo apenso nº 040.001.949/2010);”</p>
Resposta da jurisdicionada	<p>Em atendimento ao Memorando n.º 64/2013 – UCI/SEF (fl. 366), a SEF juntou aos autos os Memorandos n.º 156/2013 – SUAG/SEF (367) e 155/2013 – GECON/DICON/SUAG/SEF (fl. 368), pelos quais a Subsecretaria de Administração Geral daquela Secretaria prestou informações atinentes ao Contrato n.º 18/2008, objeto do Processo n.º 040.001.109/2008.</p>
Análise	<p>Importa destacar os seguintes documentos acostados por cópia: Nota de Empenho 2008NE00609 (fl. 373); Nota Fiscal n.º 7647 (fls. 374-375); Relatório do Executor do Contrato (fl. 376) e Autorização de Pagamento da Despesa (fl. 381). Ressalte-se que consta, de fato, da NF n.º 7647 (fl. 375) a especificação de item de cobrança referente a serviços prestados “treinamento”, no valor de R\$ 150.000,00. Mediante consulta ao SIGGO (fl. 507), extraímos a Previsão de</p>



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.3/S.3

Fls.:

Proc.: 33.679/11

Rubrica

	<p>Pagamento 2008PP01384 comprovando que a despesa foi paga por meio da Ordem Bancária 2008OB36524. Assim, considerando que a aludida despesa irregular foi empenhada, liquidada e paga no exercício de 2008, entendemos que a ocorrência em comento não tem reflexo no julgamento das presentes contas. Acrescente-se que, em relação à recomendação do Controle Interno para que houvesse a instauração de tomada de contas especial, com vistas à apuração dos responsáveis pelo pagamento indevido, abordaremos o fato a seguir, por ocasião da análise da alínea “k” da Decisão n.º 1385/2013. Nesse sentido, reputamos satisfatórias as informações prestadas pela jurisdicionada e, portanto, somos por que o Tribunal considere, no presente caso, atendida a diligência em apreço.</p>
<p>Ponto da Decisão nº 1385/2013</p>	<p>“(…) j) remeta a esta Corte os resultados das sindicâncias instauradas em cumprimento às recomendações do Controle Interno contidas nos subitens 10.3 (equipamentos cedidos sem documentação), 10.4 (ausência de informação sobre o uso de licenças ORACLE), 10.5 (ausência de justificativa para a contratação de licenças ORACLE database Enterprise Edition), 10.6 (contratação de serviço já contemplado em outro contrato) e 10.9 (pagamento contratado e não realizado) do Relatório de Auditoria nº 18/2011 – DIRAS/CONT, anexando cópias dos relatórios conclusivos das respectivas comissões;”</p>
<p>Resposta da jurisdicionada</p>	<p>Em atenção à solicitação contida no documento de fl. 382, o Chefe da Unidade de Corregedoria Fazendária, via Memorando n.º 033/2013-UCF/SEF (fl. 383), esclareceu que as ocorrências tratadas nos subitens 10.3, 10.4, 10.5, 10.6 e 10.9 do Relatório de Auditoria nº 18/2011 – DIRAS/CONT (fls. 2254-2327) foram apontadas também nos itens 43, 44, 45, 46 e 49 do Termo de Audiência com o Auditado – TAA n.º 06/2011 – DIRAS/CONT (fls. 1665-1706 do citado apenso), tendo as apurações dos fatos sido conduzidas nos autos de n.º 126.000.007/2012, 126.000.008/2012 e 126.000.009/2012. Constam, às fls. 384-439, os resultados das sindicâncias de que tratam os referidos processos. Apresentamos a seguir uma síntese do objeto de cada certame, das conclusões e encaminhamentos das respectivas comissões e da decisão da autoridade julgadora competente:</p> <p>a) Processo n.º 126.000.007/2012 (fls. 384-399) Objeto: Trata o referido processo de abertura de sindicância em atendimento às recomendações do Controle Interno constantes dos itens 42.a e 43.a do Termo de Audiência com o Auditado – TAA n.º 06/2011 – DIRAS/CONT (1694-1697*), conforme especificado a seguir: Item 42 – Pagamento por hardware que permanece sem utilização (Processo n.º 040.001.109/2008 – CIMCORP) Recomendação do CI: a) Instaurar sindicância para apuração dos motivos que levaram a Secretaria de Fazenda a adquirir o equipamento Sun M5000, mas não utilizá-lo até o presente momento.</p> <p>Item 43 – Equipamentos cedidos sem documentação (obs. corresponde ao item 10.3 do Relatório de Auditoria nº 18/2011 – DIRAS/CONT) Recomendação do CI: a) Em relação ao servidor da marca Sun, modelo E6500 que hospeda atualmente o sistema SIGGO e se encontra no CPD da SEF, recomenda-se a abertura de sindicância para verificar o proprietário deste</p>

* Processo GDF n.º 040.001.949/2010, apenso.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.3/S.3

Fls.:

Proc.: 33.679/11

Rubrica

equipamento, as condições do empréstimo e os custos relacionados com este empréstimo. (fl. 385)

Conclusão do Relatório Final (fl. 393)

“Após instrução probatória específica da natureza do Processo de Sindicância e dos elementos arrecadados, esta Comissão de Sindicância conclui que não há fatos ou informações que configure conduta irregular ou infração disciplinar cometida por servidores/dirigentes envolvidos neste processo. Motivo pelo qual a Comissão sugere o arquivamento dos autos, com base no **Artigo 215, inciso I, da Lei Complementar nº 840/2011.**” (Grifo do original)

Decisão do Chefe da Unidade de Corregedoria Fazendária (fl. 399)

Entre outras medidas, decidiu arquivar o processo com base no inciso I do art. 215 da Lei Complementar nº 840/2011, no que concerne a ausência de conduta irregular ou infração disciplinar, em razão da comprovação contida no apuratório.

b) Processo n.º 126.000.008/2012 (fls. 400-422)

Objeto: Tratam os referidos autos de sindicância instaurada para apurar os fatos constantes dos itens 44-a, 44-b, 45 e 46-b do Termo de Audiência com o Auditado – TAA n.º 06/2011 – DIRAS/CONT (fls. 1697-1701), conforme especificado a seguir:

Item 44 – Ausência de informação sobre o uso de licenças ORACLE (Processo n.º 040.002.371/2009 – UNIMIX) (obs. corresponde ao item 10.4 do Relatório de Auditoria nº 18/2011 – DIRAS/CONT)

Recomendações do CI:

- a) abertura de **sindicância** para apuração da quantidade de licenças do ORACLE ENTERPRISE EDITION adquiridas e que se encontram efetivamente em uso;
- b) instaurar **sindicância** para apurar a regularidade de todas as licenças do banco de dados ORACLE sob o domínio da SEF.

Item 45 – Ausência de justificativa para a contratação de licenças ORACLE DATABASE EDITION (Processo n.º 040.002.371/2009 – UNIMIX) (obs. corresponde ao item 10.5 do Relatório de Auditoria nº 18/2011 – DIRAS/CONT)

Recomendação do CI:

Instituir comissão de **sindicância** para apuração da possível contratação injustificada da versão ORACLE DATABASE ENTERPRISE EDITION em detrimento de uma versão mais simples – ORACLE DATABASE STANDARD EDITION -, a um custo mais acessível, mas capaz de atender grande parte das demandas dos sistemas da SEF.

Item 46 – Contratação de serviço já contemplado em outro contrato (Processo n.º 040.002.371/2009 – UNIMIX) (obs. corresponde ao item 10.6 do Relatório de Auditoria nº 18/2011 – DIRAS/CONT)

Recomendações do CI:

- a) instaurar Tomada de Contas Especial para apuração dos responsáveis pelo pagamento de serviços com objetos idênticos em contratos distintos durante o mesmo período; e
- b) abertura de **sindicância** para apurar os motivos que levaram a SEF a contratar serviços com objetos idênticos em contratos distintos durante o mesmo período;

Relatório Final (fls. 400-415)

* Processo GDF n.º 040.001.949/2010, apenso.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.3/S.3

Fls.:

Proc.: 33.679/11

Rubrica

Depois de proceder à elucidação dos fatos e tecer considerações legais e doutrinárias acerca da finalidade da sindicância administrativa, bem como asseverar o descabimento do emprego desse procedimento para a apuração da regularidade de quesitos de auditoria, a comissão processante apresentou a seguinte Proposta de Decisão, in verbis:

“Diante do exposto, após instrução probatória específica à natureza do Processo de Sindicância, embora diante da inexistência formal de irregularidade/acusação e, ainda, de acordo com as normas previstas para a espécie, a presente Comissão firmou o seu entendimento no sentido de propor o arquivamento dos autos, com base no inciso I do art. 215 c/c o art. 244 da Lei Complementar nº 840/2011...”

Decisão do Chefe da Unidade de Corregedoria Fazendária (fl. 422)

Entre outras medidas, decidiu arquivar o processo com base no inciso I do art. 215 da Lei Complementar nº 840/2011, no que concerne a ausência de conduta irregular ou infração disciplinar, em razão da comprovação contida no apuratório.

c) Processo n.º 126.000.009/2012 (fls. 423-438)

Objeto: Trata o referido processo de abertura de sindicância em atendimento às recomendações do Controle Interno constantes do item 49 do Termo de Audiência com o Auditado – TAA nº 06/2011 – DIRAS/CONT (fls. 1702-1703), conforme especificado a seguir:

Item 49 – Pagamento contratado e não realizado (Processo n.º 040.008.963/2008 – LINK CONSULTORES DE DIGITALIZAÇÃO LTDA.) (obs. corresponde ao item 10.9 do Relatório de Auditoria nº 18/2011 – DIRAS/CONT)

Recomendação do CI:

Instaurar sindicância para apuração de possíveis irregularidades quanto à execução do contrato.

Relatório Final (fls. 423-434)

Após análise da documentação obtida e dos depoimentos prestados, a Comissão concluiu, in verbis:

“Quanto ao **item 49**, esta Comissão não obteve documentos comprobatórios do treinamento de 10 (dez) empregados quando aquisição de Licença Antivírus para Desktops – Symantec, e igualmente treinamento para 10 (dez) empregados quando da aquisição de Licença Antivírus para Servidores – Symantec. Havendo apenas o depoimento do Gestor do contrato o ex-servidor comissionado Rodrigo Miranda Mendes afirmando que os treinamentos foram ministrados, porém não apresentou a comprovação perante a comissão, como foi prometido em depoimento.

A Comissão concluiu que nos autos há fatos ou informações que apontam para conduta irregular do ex-servidor comissionado **Rodrigo Miranda Mendes**, executor do contrato nº 050/2008 celebrado entre o Distrito Federal e a LINK Consultores e Digitalização Ltda. Quando o mesmo atestou faturas sem os comprovantes de que os treinamentos tenham sido ministrados.

A Comissão deixa de recomendar abertura de Processo Disciplinar visto que este fato não causou prejuízo aos cofres públicos, pois a instalação do antivírus foi bem sucedida e logrou pleno êxito, não evidenciou logro de vantagem pessoal, não ficou configurada a má fé.

(...)

Motivo pelo qual a Comissão sugere o arquivamento do

* Processo GDF n.º 040.001.949/2010, apenso.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.3/S.3

Fls.:

Proc.: 33.679/11

Rubrica

	<p>presente processo com base no Artigo 215 parágrafo primeiro da citada Lei 840" (Grifo do original)</p> <p>Decisão do Chefe da Unidade de Corregedoria Fazendária (fl. 438)</p> <p>Entre outras medidas, decidiu arquivar o processo com base no inciso I do art. 215 c/c o art. 210 da Lei Complementar nº 840/2011, no que concerne a isenção de responsabilidade e pena ao ex-servidor comissionado RODRIGO MIRANDA MENDES, em razão da comprovação contida no apuratório.</p>
Análise	<p>Verifica-se, no âmbito das apurações conduzidas no Processo n.º 126.000.007/2012 (Equipamentos cedidos sem documentação) (corresponde ao subitem 10.3 do Relatório de Auditoria n.º 18/2011 – DIRAS/CONT, fls. 2254-2327), que a Comissão de Sindicância, após elucidar as questões trazidas pelo Controle Interno (proprietário desses equipamentos, as condições do empréstimo e os custos relacionados), concluiu pela inexistência de fatos ou informações que configurem conduta irregular ou infração disciplinar cometida por servidores/dirigentes da SEF. Com relação à origem e situação do aludido equipamento (servidor da marca Sun, modelo 6500), restou esclarecido que o mesmo era, supostamente, de propriedade da empresa Linknet Tecnologia e Telecomunicações Ltda., embora não houvesse a documentação comprobatória correspondente, e que havia sido fornecido pela CODEPLAN no bojo do Contrato n.º 27/2002-SEF, com vistas à substituição da máquina de propriedade da Secretaria de Fazenda que se encontrava com a capacidade esgotada. Com efeito, mediante consulta ao Processo n.º 43.138/2009 (Auditoria na SEF/DF, para examinar a regularidade da prestação de serviços sem cobertura contratual pela empresa Linknet), verificamos que, após a reestruturação daquela Companhia, por meio do Decreto n.º 27.754, de 07.03.2007 (DODF de 08.03.2007), e a consequente extinção do referido ajuste, a SEF permitiu que a Linknet continuasse a prestar os serviços de locação de hardware e software de maneira informal, enquanto adotava medidas visando à licitação e a contratação dos mesmos por procedimento regular. Quanto ao custo envolvido, constatou-se que, em decorrência desse fato, a SEF reconheceu e pagou, no exercício de 2009, dívida em favor da citada empresa, no valor de R\$ 36.845.263,92, referente aos serviços prestados no período de janeiro/2007 a dezembro/2008. Ressalta-se que, além do servidor Sun 6500 supramencionado, cujo custo mensal de locação era de R\$ 9.730,00, existiam inúmeros outros equipamentos e programas disponibilizados, à época, pela Linknet à SEF, conforme evidenciam as planilhas constantes dos Quadros 02 e 03 do Relatório de Auditoria n.º 7.0005.10 (fls. 151-153 do Processo n.º 43.138/2009). Acrescenta-se que, tomando como base de cálculo os preços de aquisição dos equipamentos e de licenciamento de software praticados pelo mercado, a equipe de auditoria apontou no § 52 do citado relatório que os preços pactuados para remunerar os serviços fornecidos pela Linknet resultaram em um prejuízo da ordem de R\$ 28.979.749,92 (Quadro 04), no mesmo período retromencionado. Detectou, ainda, que houve o pagamento à aludida empresa pelo fornecimento de hardware (servidor da marca Sun 6500), que se encontrava sem uso no Datacenter da então SEPLAG, acarretando um prejuízo da ordem de R\$ 233.520,00 (Quadro 05). Por intermédio da Decisão n.º</p>

* Processo GDF n.º 040.001.949/2010, apenso.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.3/S.3

Fls.:

Proc.: 33.679/11

Rubrica

2.312/2011, adotada no Processo n.º 43.138/2009, o Tribunal, entre outras deliberações, autorizou: item III - a audiência dos responsáveis pela gestão da SEF, no período assinalado (01.01.2007 a 31.12.2008), para que apresentassem razões de justificativa em face das irregularidades apontadas (execução de serviços sem cobertura contratual pela Linknet e ausência de ações tempestivas para concluir a contratação por procedimento regular), ante a possibilidade de aplicação da multa prevista no artigo 57, inciso II, da Lei Complementar n.º 1/1994, c/c o artigo 182, inciso I, do RI/TCDF; item IV - a conversão dos Achados 02 (pagamento de serviços em valores manifestamente superiores aos praticados no mercado, o que indica superfaturamento) e 03 (pagamento de hardware sem a efetiva utilização) em **tomada de contas especial**, com fulcro no art. 46 da Lei Complementar n.º 1/1994, a ser tratada em autos apartados (**Processo n.º 18.513/2011**) e item V – a citação dos responsáveis pela gestão da SEF e da empresa Linknet Tecnologia e Telecomunicações Ltda., para que apresentassem defesa pelos fatos apontados no item IV ou recolhessem os débitos apurados. Ante o exposto, impende alterar a manifestação contida no subitem 7.1.1 da Informação n.º 238/2012 – SECONT/1ª DICONTE (fls. 122 e 123), porquanto não há necessidade de o julgamento da TCA em exame aguardar o deslinde do Processo n.º 43.138/2009, uma vez que nesses autos se cogita da aplicação de penalidade aos gestores da SEF apenas em razão de irregularidades praticadas no período de 01.01.2007 a 31.12.2008. Com relação ao **Processo n.º 18.513/2011 (TCE)**, não há dúvida quanto ao possível reflexo nas presentes contas: a) a uma, porque as irregularidades observadas nos procedimentos de reconhecimento e pagamento de dívidas de exercícios anteriores à Linknet, realizados no exercício de 2009, em flagrante descumprimento ao disposto no Decreto n.º 30.072, de 18.02.2009 (DODF de 19.02.2009), contribuíram para a existência dos prejuízos apurados na aludida TCE; b) a duas, porque os gestores citados pela alínea “a” do item V da Decisão n.º 2312/2011 figuram no Rol de Responsáveis destas contas (fls. 500-501). Ademais, cumpre registrar que, embora não tenha ocorrido mais nenhum pagamento pela SEF àquela empresa até a presente data, conforme consulta realizada no SIGGO e no SISCOEX, há indícios de que a irregularidade atinente à execução de serviços sem cobertura contratual perdurou na gestão em apreço, porquanto, somente a partir de março de 2011, a SEF adotou providências para efetuar a devolução dos aludidos equipamentos à Linknet, consoante espelham os documentos de fls. 2118-2120. Destarte, entendemos que, no momento oportuno, deva ser sopesado o reflexo dos fatos tratados no Processo n.º 18.513/2011 no julgamento das respectivas contas anuais. Constata-se, no bojo das apurações levadas a efeito no **Processo n.º 126.000.008/2012**, que a Comissão de Sindicância, após elucidar as questões trazidas pelo Controle Interno, concluiu pela ausência de conduta irregular ou infração disciplinar cometida por servidores/dirigentes da SEF. Em relação ao **item 44 do Termo de Audiência com o Auditado – TAA n.º 06/2011 – DIRAS/CONT (fls. 1665-1706*)** (obs. corresponde ao item 10.4 do Relatório de Auditoria n.º 18/2011 – DIRAS/CONT, fls. 2316-2317 do referido apenso) que trata da ausência de informação

* Processo GDF n.º 040.001.949/2010, apenso.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.3/S.3

Fls.:

Proc.: 33.679/11

Rubrica

sobre o uso de licenças ORACLE, destacamos a seguir os esclarecimentos/declarações consignados no Relatório de fls. 400-415 que consideramos relevantes para a análise das questões levantadas pelo Controle Interno (1 - quantidade de licenças do ORACLE ENTERPRISE EDITION adquiridas e que se encontravam efetivamente em uso; 2 – regularidade de todas as licenças do banco de dados ORACLE sob o domínio da SEF):

i) de acordo com a informação da Comissão (fl. 403), formulada com base em resposta da Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação, por meio do Memorando n.º 098/2012 – SUTIC/SEF, aquela Secretaria adquiriu 32 licenças de uso perpétuo SGBD Oracle Enterprise Edition, pela UNIMIX Tecnologia Ltda., Contrato n.º 22/2009-SEF, de 21/07/2009 (processo n.º 040.002.371/2009), sendo que houve o repasse de 2 licenças à Secretaria de Estado de Transparência e Controle;

ii) segundo, também, a resposta da SUTIC/SEF, encontrava-se em uso, em 2012, no Datacenter daquela Secretaria, 67 licenças. Esse número era correspondente à quantidade de processadores então existentes;

iii) conforme, ainda, a referida Subsecretaria, o excedente de 37 licenças, passíveis de regularização, era devido ao aumento vertiginoso de acessos aos aplicativos da SEF;

iv) a Comissão reproduziu, à fl. 405, trecho dos esclarecimentos prestados pela jurisdicionada, por meio do MEMO Nº 49/2011 – UAT/SEF (fl. 2095*), no sentido de que a não conclusão da migração de todos os sistemas que utilizavam o Banco de Dados Oracle versões 8 e 9 para a versão 11G resultou na utilização momentânea e excedente de 28 licenças, perfazendo um total de 60 licenças Oracle em uso (março de 2011);

v) consta, ainda, do citado documento que, objetivando reduzir os custos de TI da SEF, pretendia-se diminuir paulatinamente o uso de licenças Oracle para se alcançar as 32 licenças contratadas, ao final dos trabalhos de otimização do ambiente SGBD Oracle, conforme Nota Técnica da Politec Global IT Services (fl. 2112-2114*);

vi) das declarações prestadas pelas testemunhas ouvidas pela Comissão, importa destacar os seguintes excertos transcritos à fl. 407, in verbis:

“– que a **compra das licenças** foi necessária para atender **necessidades** existentes e **futuras** dos sistemas corporativos, tendo em vista o **aumento do parque computacional da SEF**,”

“– que **após o recebimento nem todas as licenças foram colocadas em uso, visto que algumas estavam destinadas a atender outros sistemas que ainda estavam em estudo e levantamentos quanto a implantação** (precatório), futuras migrações do SIGGO, SITAF, nota legal, portal de transparência, SISGEPAT e outros;” (Grifamos)

Consoante se pode depreender das informações retro, a SEF

* Processo GDF n.º 040.001.949/2010, apenso.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.3/S.3

Fls.:

Proc.: 33.679/11

Rubrica

adquiriu 32 licenças de uso perpétuo do SGBD Oracle Enterprise Edition (Contrato nº 22/2009-SEF, de 21/07/2009, objeto do processo n.º 040.002.371/2009). Ressalte-se que, de acordo com a informação do Controle Interno (fls. 1697 e 2316*), o custo unitário das referidas licenças foi de R\$ 154.571,00. Acrescente-se, também, que, segundo declarações de testemunhas ouvidas pela Comissão, a compra das aludidas licenças, em 2009, foi para atender necessidades presentes e futuras, tendo em vista a expectativa, à época, de ampliação do parque computacional da SEF. Ocorre, porém, que o aumento vertiginoso dos acessos aos aplicativos daquela Secretaria e o atraso na migração dos sistemas que utilizavam o Banco de Dados Oracle versões 8 e 9 para a versão 11G foram relacionados como motivos para a utilização de licenças Oracle “passíveis de regularização”. Cumpre registrar, ainda, que, não obstante a informação da jurisdicionada, baseada em nota técnica da empresa Politec, no sentido de que se pretendia diminuir, paulatinamente, o uso de licenças Oracle para se alcançar as 32 licenças contratadas, observa-se que houve justamente o contrário, haja vista o acréscimo verificado no excedente (28 em 2011 para 37 em 2012). Ante o exposto, entendemos que o fato em comento não deve repercutir no julgamento das presentes contas anuais, pois a quantidade adquirida em 2009 foi prevista para atender à demanda então existente e, ainda, contemplar as necessidades futuras. A prova é de que, segundo relato testemunhal, nem todas as licenças foram colocadas imediatamente em uso. Todavia, considerando que restou comprovada, no caso em apreço, a utilização irregular de licenças de uso do programa ORACLE ENTERPRISE EDITION pela SEF, sujeitando a Administração ao risco de ser acionada judicialmente pela violação de direitos autorais e, por isso, ser condenada à indenização pelo uso de software não licenciado, somos por que o Tribunal: a) determine à Secretaria de Estado de Fazenda que, se ainda não o fez, adote com urgência as medidas necessárias para a regularização da aludida impropriedade; b) autorize seja dado conhecimento do fato em comento ao Núcleo de Fiscalização de Tecnologia da Informação – NFTI desta Corte. Ressalte-se que, com o intuito de promover a avaliação do reflexo da ocorrência em tela no julgamento das contas anuais dos responsáveis pela Unidade de Administração Tecnológica da SEF, referentes aos exercícios de 2011 e 2012, juntamos cópias da documentação de fls. 1665*, 1697*, 1698*, 2092-2097*, 2112-2114*, 2254*, 2316-2317* e 2328-2329*, bem como de fls. 382-383, 400-422, 512 e 528-530 dos autos às respectivas TCAs (Processos n.ºs 10.894/12 e 24.008/13).

Quanto ao item 45 do Termo de Audiência com o Auditado – TAA n.º 06/2011 – DIRAS/CONT (fls. 1665-1706*) (obs. corresponde ao item 10.5 do Relatório de Auditoria nº 18/2011 – DIRAS/CONT, fls. 2317-2320 do referido apenso) que trata da ausência de justificativa para a contratação de licenças ORACLE DATABASE EDITION, destacamos a seguir os esclarecimentos/declarações consignados no Relatório de fls. 400-415 que reputamos importantes para a análise da questão levantada pelo Controle Interno (possível contratação injustificada da versão ORACLE DATABASE ENTERPRISE EDITION em detrimento de uma versão mais simples – ORACLE DATABASE STANDARD EDITION -, a um

* Processo GDF n.º 040.001.949/2010, apenso.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.3/S.3

Fls.:

Proc.: 33.679/11

Rubrica

custo mais acessível, mas capaz de atender grande parte das demandas dos sistemas da SEF):

i) de acordo com a informação da Comissão (fl. 403), a Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação, por meio do Memorando n.º 098/2012 – SUTIC/SEF, respondeu que:

“... embora não possa afirmar taxativamente a projeção do cenário naquele ano, a SEF/DF é detentora da gestão de sistemas de elevada criticidade, o que requer a utilização de ambiente de alta disponibilidade; o uso das licenças Oracle Enterprise Edition reside no fato de proporcionar **maior disponibilidade** aos aplicativos por ela suportados; na SEF/DF sua utilidade se faz presente em razão do volume de acessos a diversos serviços como SIGGo, SITAF, Nota Legal, LFE e Portal SEF na Internet; a opção da Enterprise em detrimento da versão Standard deu-se em virtude de que a Standard está voltada para ambientes com menor volume de transações e dados, não provê a **otimização do desempenho** no particionamento, ocasionando lentidão ao acesso; a utilização da licença Oracle Enterprise Edition tem demonstrado **boa relação custo-benefício** para o governo, tendo em vista os diversos recursos não disponíveis na versão Standard.” (Grifamos)

ii) no parágrafo 11 do Relatório Final (fl. 405), a Comissão reproduziu a justificativa da jurisdicionada, emitida com base na Nota Técnica n.º 002/2011 da Politec Global IT Services, conforme espelha a documentação constante às fls. 1736-1737*, 2095* e 2112-2114*, a seguir transcrita, in verbis:

“o ambiente da SGBD Oracle desta Secretaria de Estado de Fazenda tem como característica a sua alta complexidade, que além de compartilhar entre as aplicações recursos de alta disponibilidade (Oracle Real Application Cluster), compartilha também de options da Oracle para melhor performance das aplicações e segurança de seus dados (Partitioning Pack, Data Guard, Tuning Pack, Disgnostics Pack, Configuration Management Pack, Advanced Security, Flashback Recovery), sendo que estas “options” não são suportadas pela versão de SGBD Oracle Standard Edition.” (Grifos do original)

iii) das declarações prestadas pelas testemunhas ouvidas pela Comissão, importa destacar os seguintes excertos transcritos à fls. 407-408, in verbis:

“- que a compra da licença Oracle database Enterprise Edition, se deu devido a **complexidade** de todos os **sistemas da Secretaria**, com fins de criar redundância e **aumentar performance** dos sistemas e trazer **economia em relação ao processamento**;

(...)

- que se tratava de uma versão profissional que atenderia as necessidades da Secretaria, inclusive **atender a demandas futuras de migração** de sistemas corporativos (SIGGO e SIGEST);

(...)



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.3/S.3

Fls.:

Proc.: 33.679/11

Rubrica

- que a versão Standard poderia atender os sistemas já existentes que não precisariam de evolução, porém a demanda para qual a compra foi efetivada era para **atender sistemas corporativos que exigiriam uma constante evolução** com a possibilidade de até novas aquisições;

- que para sistemas internos da SEF e de consultas a versão Standard se enquadraria, porém a aquisição não vislumbra sistemas de pequeno porte (férias, intranet, folha de pagamento e outros). Que **visava atender como já foi dito anteriormente, sistemas corporativos, evolutivos e de grande porte (migração SIGGO, SITAF, SIGEPAT, ECOMPRAS, portal de transparência, nota legal e outros),**”
(Grifamos)

Conforme se pode observar, a SEF apresentou, em síntese, as seguintes justificativas para a aquisição da versão ORACLE DATABASE ENTERPRISE EDITION: i) a alta complexidade do ambiente de sistemas da SEF; ii) permite compartilhamento de recursos de maior disponibilidade aos aplicativos por ela suportados, além de outras options da Oracle que garantem melhor performance dessas aplicações e segurança dos dados; iii) boa relação custo-benefício em relação à versão Standard; iv) a compra visava atender a sistemas corporativos de grande porte da SEF que exigiriam uma constante evolução.

A nosso ver, os esclarecimentos prestados por aquela Secretaria são suficientes para justificar a aquisição, em 2009, de 32 licenças ORACLE DATABASE ENTERPRISE EDITION, em detrimento de uma versão mais simples – ORACLE DATABASE STANDARD EDITION -, não havendo que se falar, portanto, em reflexo do fato em comento no julgamento das presentes contas.

No que tange ao **item 46 do Termo de Audiência com o Auditado – TAA n.º 06/2011 – DIRAS/CONT (fls. 1665-1706*)** (obs. corresponde ao item 10.6 do Relatório de Auditoria nº 18/2011 – DIRAS/CONT, fls. 2320-2321*) **que trata da contratação de serviço já contemplado em outro contrato,** destacamos a seguir os esclarecimentos/declarações consignados no Relatório de fls. 400-415 que reputamos importantes para a análise da questão levantada pelo Controle Interno (motivos que levaram a SEF a contratar serviços com objetos idênticos em contratos distintos durante o mesmo período):

i) de acordo com a informação da Comissão (fls. 403-404), a Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação, por meio do Memorando n.º 098/2012 – SUTIC/SEF, respondeu que:

“de acordo com o contrato houve a contratação dos serviços de suporte; na prática a contratada disponibiliza ao executor do contrato código para fins de abertura dos chamados de suporte remoto via ligação telefônica ou chat na internet; o executor, por sua vez, repassa o código para os técnicos residentes na SEF/DF, a fim de que seja procedida a abertura do chamado; de acordo com as informações dos técnicos não foi passado

* Processo GDF n.º 040.001.949/2010, apenso.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.3/S.3

Fls.:

Proc.: 33.679/11

Rubrica

qualquer código, bem como restou confirmada a inexistência de registro de demandas no SIGA (Sistema de Gestão do Atendimento); **existe distinção entre o suporte previsto no Contrato nº 22/2009 (exclusivo para a ferramenta adquirida: atualizações, correções, falhas, ...) e o suporte técnico previsto no Contrato nº 14/2008 (relacionado a gestão da infraestrutura de Tecnologia da Informação: serviços on site executados por profissionais certificados pela Oracle 'DBA com certificação Oracle');**; não houve duplicidade de objetos em instrumentos contratuais, uma vez que um diz respeito à atualizações das versões da ferramenta, enquanto o outro está voltado à manutenção do funcionamento de bancos de dados; após levantamento setorial, verificou-se que não houve renovação dos serviços de suporte e atualização de versões no âmbito do Contrato nº 22/2009; desde então, não há suporte técnico e atualização de versões para as licenças Oracle Enterprise Edition; ..." (Grifo nosso)

ii) no parágrafo 11 do Relatório Final (fl. 405), a Comissão reproduziu a justificativa da jurisdicionada prestada por meio dos documentos constantes às fls. 1737-1738* e 2095-2096*, a seguir transcrita, in verbis:

"que não é necessário a abertura de TCE, bem como de sindicância, conforme as recomendações dispostas na letra 'a' e 'b', tendo em vista que, conforme disposto nos autos, não houve contratação de serviço de suporte para plataforma Oracle, houve tão somente o fornecimento de licenças de uso perpétuo de Banco de Dados Oracle, conforme resta constatado no objeto descrito no Projeto Básico de contratação da UNIMIX, que se refere a aquisição de 32 licenças Oracle Enterprise Edition;" (Grifo do original)

iii) das declarações prestadas pelas testemunhas ouvidas pela Comissão, importa destacar os seguintes excertos transcritos à fl. 408, in verbis:

"- que **no processo de compra das licenças (UNIMIX) foi contemplado o serviço de suporte para a plataforma Oracle, no que se refere a licença (produto)** e não de sua operacionalização (administração com fins de deixar o sistema funcionando);

- que **a UNIMIX representava a Oracle em relação às questões internas do produto;**

- que o **suporte técnico** existente a época da compra das licenças, refere-se ao **processo nº 040.003.016/2006 (Politec)**, mas era de **operacionalização (serviço de apoio, suporte e administração nos sistemas baseados em Oracle)** e não de suporte ao produto;

- que **não houve duplicidade de suporte técnico**, tendo em vista que **os contratos possuíam objetos diferentes**, isto é, serviços distintos;

- que os serviços contínuos prestados pela POLITEC eram rotineiros, administrativos e em cima dos produtos existentes;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.3/S.3

Fls.:

Proc.: 33.679/11

Rubrica

- que o suporte da UNIMIX era para atender demandas evolutivas e corretivas do novo produto (instalação, teste, migração de banco e suporte durante o período);”

Conforme se depreende dos esclarecimentos e declarações trazidos pela Comissão, no Relatório Final de fls. 400-415, a alegação da jurisdicionada, comprovada pelas testemunhas ouvidas, foi no sentido de que não houve a contratação de serviços com objetos idênticos, uma vez que havia distinção entre o suporte previsto no Contrato nº 22/2009 (Processo n.º 040.002.371/2009 – UNIMIX) - exclusivo para o produto adquirido (licenças Oracle): atualizações, correções, falhas etc. - e o suporte técnico objeto do Contrato nº 14/2008 (Processo n.º 040.003.016/2006 – Politec) - relacionado à operacionalização (serviço de apoio, suporte e administração) dos sistemas de bancos de dados da SEF baseados em Oracle. Em que pese a matéria em comento encontrar-se em exame na Tomada de Contas Especial tratada no Processo n.º 480.000.546/2011 (TCDF n.º 38298/2011), em atendimento à recomendação do Controle Interno contida na letra “a” do subitem 10.6 do Relatório de Auditoria n.º 18/2011 – DIRAS/CONT (fl. 2320), entendemos que as justificativas retromencionadas permitem-nos concluir que não houve contratação em duplicidade de serviços de suporte.

Com relação ao item 49 do Termo de Audiência com o Auditado – TAA n.º 06/2011 – DIRAS/CONT (fls. 1702-1703*) (obs. corresponde ao item 10.9 do Relatório de Auditoria n.º 18/2011 – DIRAS/CONT, fls. 2323-2324*) que trata do pagamento contratado e não realizado (Processo n.º 040.008.963/2008 - LINK Consultores de Digitalização LTDA.), destacamos a seguir trechos dos esclarecimentos/declarações consignados no Relatório Final (fls. 430-432) da sindicância objeto do Processo n.º 126.000.009/2012 que reputamos importantes para a análise da questão levantada pelo Controle Interno (possíveis irregularidades na execução do contrato, porquanto se pagou por treinamento não realizado).

i) “No termo de declaração (fls. 125/129) o senhor **Rodrigo Miranda Mendes**, disse que: - **“perguntado: Estes treinamentos foram realizados? Quando? Respondeu que foram realizados. Não sabe precisar quando, mas que foi realizado no Edifício Vale do Rio Doce, em um mini auditório, ao lado do NUCOP. Que o próprio declarante participou do treinamento. Não sabe precisar a data, mas que a empresa efetuou o treinamento por partes, atendendo, aproximadamente, quatro pessoas por vez. Não sabe dizer quantas horas de treinamento foram ministradas. Perguntado qual o nome das pessoas treinadas? Marcelo Cozetti, Gerente da GEPRO, Ana Carolina, Help Desk, Dagoberto Pinna, Gerente da GEPRO, Rodrigo Muzzi, Assessor da GEPRO, Célia Maria, GEPRO, (...) Perguntado Por que não consta no processo, comprovantes dos referidos treinamentos? Respondeu que não sabia da necessidade de anexar os comprovantes, que não foi informado pela UAT.”** (Grifos do original)

ii) “No termo de declaração (fls. 145/148) a servidora **Celia Maria Barbosa** disse que: - “Conforme informações do senhor Rodrigo Miranda Mendes em

* Processo GDF n.º 040.001.949/2010, apenso.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.3/S.3

Fls.:

Proc.: 33.679/11

Rubrica

oitiva, a senhora participou de um curso de treinamento, quando se deu a aquisição das licenças antivírus pela empresa Link Construtora e Digitalização Ltda.

Perguntado à senhora confirma esse fato?

Respondeu que não que em momento algum participou de algum curso que tenha sido ofertado à época. Que se recorda na gestão do Senhor Dagoberto Pina jamais participou de qualquer curso ou treinamento oferecido pela UAT. **Perguntado se tem conhecimento que este curso foi ministrado? Conhece alguém que tenha participado? Em que data ocorreu o treinamento? Qual a carga horária do treinamento?** **Respondeu que** não tem conhecimento que este curso tenha sido ministrado. Que não conhece ninguém que possa ter participado deste curso. Que, também, não sabe informar de data ou carga horária. ...” (Grifos do original)

iii) “Na reunião da Comissão com o senhor **Dagoberto Pina dos Santos**, Chefe da UAT/SEF, a época dos fatos, (Ata fls. 245/246) o mesmo disse que: - ‘sobre o treinamento de funcionários atestado na Nota Fiscal da LINK Consultores e Digitalização LTDA, tem a informar que não se recorda de ter participado ou de ter presenciado algum evento neste sentido’.” (Grifo do original)

iv) “Na diligência realizada nas dependências da Coordenação de Infra-Estrutura e Tecnologia da Informação, a Comissão Sindicante lavrou ata com registro dos fatos abordados e esclarecimentos prestados pelos servidores Eduardo Cassino Teixeira e Lécio Carvalho Miranda. (fls. 139/140) – a) dentre as seis pessoas citadas pelo Senhor Rodrigo Miranda Mendes em depoimento como participantes do treinamento realizado pela empresa LINK Consultores e Digitalização Ltda., somente a Servidora Celia Maria Barbosa, se encontra atualmente lotada na Secretaria de Fazenda, sendo que as outras apontadas, (Marcelo Cozzetti, Ana Carolina, Dagoberto Pinna, Rodrigo Muzzi, Edilene Domingues) tratam-se de servidores comissionados exonerados ou funcionários terceirizados; b) **que os Servidores da Coordenação ali presentes afirmam não ter conhecimento da empresa LINK Consultores e Digitalização Ltda. e de nenhum curso ministrado pela mesma; c) que nas dependências da COINTI, não existe nenhum certificado ou qualquer documento comprobatório da realização do referido Curso. d) que averiguando a pasta onde foram arquivados os papéis deixados pelo Senhor Rodrigo Miranda Mendes, também não encontramos qualquer indício de que os cursos foram ministrados.**” (Grifamos)

Pelas declarações e informações retrotranscritas restou evidenciado que a Comissão Sindicante não encontrou nenhuma prova da ministração de curso de treinamento pela empresa LINK Consultores e Digitalização Ltda. a servidores da SEF. Consoante se depreende das despesas a que se referem as Notas de Empenho n.ºs 01141 e 01145/2008, pagas no exercício de 2009 (fls. 508-510), verifica-se que a contratação do fornecimento de Soluções licenciadas de Segurança e Antivírus, marca Symantec, bem como dos respectivos serviços de instalação, englobava o treinamento de 30 (trinta) pessoas daquela Secretaria. Destarte, conclui-se



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.3/S.3

Fls.:

Proc.: 33.679/11

Rubrica

que, consoante apontado pelo Controle Interno, houve pagamento por despesa contratada, mas não totalmente realizada. Ressalte-se que a citada Comissão responsabilizou o Sr. Rodrigo Miranda Mendes pela irregularidade em comento (fl. 433), porquanto, na condição de executor do referido ajuste, atestou faturas sem a apresentação dos comprovantes pertinentes, porém, deixou de recomendar a abertura de Processo Disciplinar ou a imputação de sanção de mesma natureza, pois entendeu que o fato não causou prejuízo aos cofres públicos, uma vez que a instalação do antivírus foi bem sucedida, não caracterizou logro de vantagem pessoal e não ficou configurada a má-fé. Discordamos, em parte, desse posicionamento, haja vista que não há como negar a existência de dano ao erário no caso vertente, pois houve o pagamento de despesa contratada, mas não realizada. Todavia, considerando que a quantificação do dano constituiria, a nosso ver, tarefa de difícil realização, tendo em vista que o preço do treinamento não estava detalhado nas notas de empenho e documentos fiscais, o que tornaria o custo de apuração possivelmente antieconômico, deixaremos de sugerir determinação do Tribunal à SUTCE/STC para que instaure a TCE cabível. Ressalte-se, também, que embora o Sr. Rodrigo Miranda Mendes tenha contribuído para a irregularidade em tela, vez que deixou de exercer com diligência suas atribuições como executor do contrato, não iremos propor que a Corte determine a audiência do mesmo, com vistas à aplicação da multa preconizada no art. 57, inciso II, da Lei Complementar n.º 1/1994, porquanto trata-se de ex-servidor comissionado, consoante informação constante à fl. 433. Esse fato provavelmente dificultaria sua localização e comprometeria o bom andamento do presente feito. Quanto à empresa LINK Consultores de Digitalização Ltda. que foi omissa no cumprimento integral de suas obrigações contratuais, em face da inexecução parcial do objeto contratado, entendemos cabível determinação do Tribunal à SEF para que instaure o devido procedimento administrativo, visando aplicar àquela contratada, no que couber, as sanções preconizadas no art. 87 da Lei n.º 8.666/1993. Acrescente-se que, apesar de transcorrido o prazo de 5 (cinco) anos desde a prática do aludido ato irregular, ocorrida em 2008, entendemos que não há que falar em prescrição da ação punitiva da Administração, porquanto, a teor do que dispõe o inciso II do art. 2º da Lei n.º 9.873/1999, a prescrição interrompeu-se a partir do instante em que houve a designação, por meio da Ordem de Serviço n.º 56, de 08 de maio de 2012, publicada no DODF n.º 90, de 09 de maio de 2012, da Comissão de Processo de Sindicância objeto do Processo n.º 126.000.009/2012 (Relatório Final às fls. 423-434) para apurar, entre outros fatos, o constante do item 49 do Termo de Audiência com o Auditado - TAA n.º 06/2011 – DIRAS/CONT (fls. 1702-1703*), que trata do pagamento contratado e não realizado (Processo n.º 040.008.963/2008 – LINK Consultores de Digitalização Ltda.). Destarte, em virtude dos fatos apurados e dos esclarecimentos prestados pelas Comissões de Sindicâncias dos Processos n.ºs 126.000.007/2012, 126.000.008/2012 e 126.000.009/2012, entendemos que o Tribunal possa considerar, no presente caso, atendida a diligência em comento.

* Processo GDF n.º 040.001.949/2010, apenso.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.3/S.3

Fls.:

Proc.: 33.679/11

Rubrica

Ponto da Decisão nº 1385/2013	“(…) k) informe o número dos processos de tomadas de contas especiais instauradas para apuração dos fatos relacionados com as irregularidades mencionadas nos subitens 10.1 (pagamento por capacitação não realizada) e 10.6 (contratação de serviço já contemplado em outro contrato) do aludido Relatório, segundo recomendação do Controle Interno, enviando a esta Corte cópia dos relatórios conclusivos das comissões apuradoras;”
Resposta da jurisdicionada	Por meio do Memorando N.º 19/2013 – DIPES/SUTCE (fl. 446), o Diretor da Diretoria de Procedimentos Especiais da STC informou que foi instaurada a tomada de contas especial, tratada no Processo n.º 480.000.546/2011, visando apurar os fatos constantes do Relatório de Auditoria nº 18/2011 – DIRAS/CONT, subitens 10.1 (Pagamento por capacitação não realizada – processo n.º 040.001.109/2008 – CIMCORP) e 10.6 (Contratação de serviços já contemplados em outro contrato – processo n.º 040.002.371/2009 – UNIMIX). Acrescentou que o referido processo estava incluído na Etapa III do Plano de Ação, objeto da Decisão n.º 3377/2012 – TCDF, e que no momento (abril/2013), a citada TCE encontrava-se em fase de instrução e, tão logo fosse concluído o Relatório Final da Comissão, os aludidos autos deveriam seguir para a Controladoria da STC, para a elaboração do Relatório e Certificado de Auditoria.
Análise	Mediante consulta ao Sistema de Consulta de Processos do GDF (SICOP), fl. 511, verificamos que a TCE objeto do Processo n.º 480.000.546/2011 encontra-se, atualmente, na Subsecretaria de Tomada de Contas Especial da STC. Constatamos, ainda, que foi aberto no Tribunal o Processo n.º 38298/2011, para tratar da citada TCE. Ressalte-se que, por ocasião do exame da ocorrência constante da alínea “i” do item III da Decisão n.º 1385/2013, evidenciamos que a despesa irregular a que se refere o subitem 10.1 do Relatório de Auditoria nº 18/2011 – DIRAS/CONT (Pagamento por capacitação não realizada – processo n.º 040.001.109/2008 – CIMCORP) foi empenhada, liquidada e paga no exercício de 2008 e que, portanto, não tem reflexo no julgamento das presentes contas. Assim, não há necessidade de condicionar o julgamento destas contas anuais ao deslinde da aludida TCE. Quanto aos fatos tratados no subitem 10.6 do Relatório de Auditoria nº 18/2011 – DIRAS/CONT (Contratação de serviços já contemplados em outro contrato – processo n.º 040.002.371/2009 – UNIMIX), conforme a análise procedida no item III, alínea “j”, da Decisão n.º 1385/2013, entendemos que não houve a contratação de serviços com objetos idênticos. Nesse sentido, não vemos necessidade de sobrestar o julgamento desta TCA à conclusão da Tomada de Contas Especial tratada no Processo n.º 480.000.546/2011 (TCDF n.º 38298/2011). Destarte, reputamos satisfatórias as informações prestadas pela STC e, portanto, somos por que o Tribunal considere, no presente caso, atendida a diligência em apreço.
Ponto da Decisão nº 1385/2013	“(…) l) envie o demonstrativo atinente à tomada de contas especial tratada no Processo nº 040.001.877/2005, com as informações previstas nos incisos I a VIII do art. 14 da Resolução nº 102/1998 - TCDF;”
Resposta da jurisdicionada	A SEF encaminhou cópias das fls. 259-261 do Processo n.º 040.001.877/2005, contendo os demonstrativos de tomada de contas especial encerrada relativos aos responsáveis Flávio Henrique Andrade da Silva, Iran Lima Aragão Filho e José



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.3/S.3

Fls.:

Proc.: 33.679/11

Rubrica

	<i>Maria dos Santos, fls. 448-450.</i>
Análise	<i>Ressalte-se que os processos de TCE indicados nos citados demonstrativos (Processo n.º 040.004.138/2000 e 040.001.877/2005) foram apensados nesta Corte ao Processo n.º 1532/2002, cujo objeto é a apuração de responsabilidades pelos prejuízos decorrentes do pagamento de multas de trânsito aplicadas a veículos da SEF, no período de 1996 a 2001. Compulsando os referidos demonstrativos, constata-se que o Sr. José Maria dos Santos recolheu o valor atualizado do débito (R\$ 1.821,99) que lhe foi imputado, fl. 450. Em que pese não terem sido acostados os documentos que comprovam o ressarcimento, deixaremos de propor o saneamento da pendência, porquanto, por meio do item III da Decisão n.º 5853/2013, o Tribunal considerou o citado senhor quite com o erário, nos termos do art. 28 da Lei Complementar n.º 1/1994. Com relação ao Sr. Iran Lima Aragão Filho, há indicação de ressarcimento da importância de R\$ 127,69, equivalente à metade do valor devido, fl. 449. Também neste caso não foi enviado o devido comprovante do recolhimento do débito. Quanto ao Sr. Flávio Henrique Andrade da Silva, há informação de que o ex-servidor não compareceu aos chamados efetivados e nem reparou o dano de R\$ 255,38, razão pela qual se procedeu à inscrição do mesmo em Dívida Ativa, fl. 448. Considerando que, em ambos os casos, há registros de que restou “sub judice” a quantia de R\$ 127,69 e que os valores originais dos débitos apurados são de pequena materialidade, somos por reputar satisfatórias as informações prestadas e sugerir que a Corte considere atendidas: i) a determinação constante do item V da Decisão n.º 7851/2008, adotada no Processo n.º 1532/2002; e ii) a diligência em tela.</i>
Ponto da Decisão nº 1385/2013	<i>“IV. determinar à Secretaria de Estado de Fazenda que, após o encerramento dos trabalhos apuratórios, encaminhe as tomadas de contas especiais tratadas nos Processos nºs 040.000.691/2006 e 126.000.013/2008 ao órgão central de Controle Interno, para cumprimento do rito ordinário preconizado nos arts. 8º a 11 da Resolução nº 102/98 - TCDF, esclarecendo àquele Órgão que as referidas contas especiais não devem constar do demonstrativo previsto no art. 14 da citada Resolução pelo fato dos prejuízos apurados nesses autos ultrapassarem o valor de alçada fixado pela Resolução nº 181/2007 – TCDF;”</i>
Resposta da jurisdição	<i>Mediante o OFÍCIO Nº 874/2013 – GAB/STC, fl. 498, a Secretária de Estado de Transparência e Controle informou que os autos do processo de TCE nº 126.000.013/2008 retornaram da Secretaria de Estado de Fazenda e estavam sendo enviados, naquela data (12/06/2013), à Controladoria Geral, para cumprimento do rito ordinário preconizado nos arts. 8º a 11º da Resolução nº 102/1998 - TCDF. Com relação ao Processo de TCE n.º 040.000.691/2006, consta do Ofício Nº 008/2013 – UCI/SEF, fls. 452-453, o registro de que esses autos se encontravam na PGDF desde 18 de março do exercício corrente, para ajuizamento de ação, conforme espelha o Relatório de Histórico de Tramitações, fl. 454.</i>
Análise	<i>Consoante evidencia a documentação acostada à fls. 458-467, a tomada de contas especial objeto do Processo n.º 126.000.013/2008 foi instaurada para apurar possíveis prejuízos causados ao erário distrital, em decorrência da contratação emergencial da empresa Conserva Serviço Técnico Ltda., mediante dispensa de licitação, para prestação de serviços de cozinha, ocorrido em 2008. Referida TCE teve origem no Parecer nº 520/2008 – PROCAD/PGDF, de 08/09/2008, que repeliu a contratação direta, porquanto não</i>



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.3/S.3

Fls.:

Proc.: 33.679/11

Rubrica

foram apresentados os requisitos autorizadores da mesma, nos termos do inciso IV do art. 24, bem como os requisitos do art. 26, todos da Lei n.º 8.666/1993, fl. 484. No relatório conclusivo (cópia às fls. 458-462), a Comissão Tomadora encerrou os trabalhos apuratórios, com base no art. 13, inciso III, da Resolução n.º 102/1998 - TCDF, porquanto entendeu que não houve prejuízo material e financeiro ao erário distrital. Todavia, em que pese o prejuízo estimado (R\$ 61.038,52) ser superior ao valor de alçada (R\$ 25.000,00), fixado pela Resolução n.º 181/2007, referida TCE foi incluída indevidamente no Demonstrativo de Tomada de Contas Especial Encerrada, constante à fl. 464, previsto no art. 14 da Resolução n.º 102/1998 – TCDF, quando deveria ter cumprido o rito ordinário preconizado nos arts. 8º a 11 dessa resolução. Considerando que, por meio do OFÍCIO Nº 874/2013 – GAB/STC, fl. 498, a Secretária de Estado de Transparência e Controle informou que os autos do processo de TCE n.º 126.000.013/2008 retornaram da Secretária de Estado de Fazenda e foram enviados à Controladoria Geral/STC para correção da aludida falha e que, por intermédio do Processo n.º 36499/2013, a Corte acompanha a tramitação dos referidos autos, entendemos desnecessário sugerir qualquer providência adicional. Com relação ao Processo de TCE n.º 040.000.691/2006, constatamos tratar-se da apuração de bens patrimoniais não localizados no exercício de 2005, conforme espelha o demonstrativo acostado à fl. 408. Também neste caso, houve a inclusão indevida da mencionada TCE no demonstrativo a que se refere o art. 14 da Resolução n.º 102/1998, haja vista que o prejuízo estimado superava o valor de alçada. Tendo em vista que, via Ofício Nº 008/2013 – UCI/SEF, fls. 452-453, a jurisdição informou que a TCE objeto do Processo n.º 040.000.691/2006 se encontrava na PGDF, desde 18 de março do exercício corrente, para ajuizamento de ação, conforme espelha o Relatório de Histórico de Tramitações, fl. 454, e que, no bojo do Processo n.º 5376/2009, a Corte acompanha a tramitação dos referidos autos, entendemos desnecessário sugerir qualquer providência adicional. Ademais, não há que se falar em condicionar o julgamento das presentes contas ao deslinde das TCEs tratadas nos Processos n.º 040.000.691/2006 e 126.000.013/2008, uma vez que os fatos nelas apurados ocorreram em exercícios anteriores ao examinado nesta TCA. Destarte, reputamos satisfatórias as informações prestadas pela STC e pela SEF e, portanto, somos por que o Tribunal considere atendida a determinação contida no item em apreço.

7. Conforme se depreende da análise retro, a jurisdição prestou as informações e esclarecimentos demandados pela Corte, podendo, portanto, a diligência constante do item III e a determinação a que alude o item IV, ambas da Decisão nº 1385/2013, serem consideradas atendidas.

8. Saneados os autos desta TCA, importa trazer da instrução inicial as ocorrências e situações capazes de, no momento oportuno, repercutir no julgamento das presentes contas, bem como sopesar o reflexo dos fatos tratados nos processos conexos,



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.3/S.3



apontados no subitem 8.14 do aludido documento (fls. 133-134).

Pontos da Informação nº 238/2012 – SECONT/1ª DICONTE (fls. 96-137) que poderão influenciar no julgamento desta TCA

9. Nos subitens 4.4.4 e 8.7 da referida Informação, o Corpo Técnico mencionou que a repercussão no julgamento das presentes contas das ocorrências constantes dos subitens 5.3, 10.1, 10.3, 10.4, 10.5, 10.6 e 10.9 do Relatório de Auditoria n.º 18/2011 – DIRAS/CONT (fls. 2254-2327*) deveria ser avaliada depois de obtidas novas informações a elas concernentes, mediante diligência, conforme proposição contida no Papel de Trabalho III (fls. 81-93), o que se cumpriu nesta fase processual e cujo resultado da análise encontra-se explicitado no parágrafo 6º desta Instrução.

10. Nos subitens 4.4.5 e 8.8 da citada Informação, o Corpo Técnico assinalou que os subitens 3.2, 4.8 e 10.8 do Relatório de Auditoria n.º 18/2011 – DIRAS/CONT (fls. 2254-2327*), abordados no referido PT III, apontam para a existência de falhas de natureza formal, completamente exauridas no exercício em apreço, que, no momento oportuno, deverão ensejar a aposição de ressalvas à regularidade das contas dos responsáveis, no exercício de 2009, pelos cargos de Chefe da Unidade de Administração Geral – UAG e de Diretor da Diretoria Administrativo-Financeira (subitens 3.2 e 4.8) e de Chefe da Unidade de Administração Tecnológica (subitem 10.8), se afastadas eventuais irregularidades praticadas por esses agentes.

11. Nos subitens 4.4.6 e 8.9 da aludida Informação, registrou-se que os subitens 7.11 e 7.13 do Relatório de Auditoria n.º 18/2011 – DIRAS/CONT (fls. 2254-2327*), também comentados no Papel de Trabalho III (fls. 81-93), consignam irregularidades que deverão ensejar a audiência dos responsáveis que exerceram, no exercício de 2009, os cargos de Secretário de Estado de Fazenda e de Subsecretário do Tesouro, com vistas ao julgamento irregular das respectivas contas anuais, com fulcro no art. 17, inciso III, alínea “b”, da Lei Complementar n.º 1/1994.

12. Nos subitens 4.4.7 e 8.10 da Informação nº 238/2012 – SECONT/1ª DICONTE (fls. 96-137), ressaltou-se que os subitens 1.1, 2.1, 2.2, 3.3, 3.4, 4.1, 4.3, 4.4, 4.5, 4.6, 4.7, 5.1, 5.2, 6.2, 7.1, 7.2, 7.3, 7.4, 7.9, 7.10, 7.12, 8.1, 9.1.1, 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 10.7, 10.10 e 10.11 do Relatório de Auditoria n.º 18/2011 – DIRAS/CONT (fls. 2254-2327*) apontam para a existência de impropriedades de natureza formal, completamente exauridas no exercício em apreço, nos termos propostos pelo Controle Interno, que, no momento oportuno, deverão ensejar a aposição de ressalvas à regularidade das contas anuais dos responsáveis

* Processo GDF n.º 040.001.949/2010, apenso.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.3/S.3

Fls.:

Proc.: 33.679/11

Rubrica

indicados no subitem 4.4.7 da aludida Informação, se afastadas eventuais irregularidades praticadas por esses agentes.

13. Nos subitens 4.4.8 e 8.11 da Informação nº 238/2012 – SECONT/1ª DICONTE (fls. 96-137), o Corpo Técnico assinalou que os subitens 4.2, 8.2, 9.1.3 e 10.2 do Relatório de Auditoria nº 18/2011 – DIRAS/CONT (fls. 2254-2327*) consignam irregularidades, nos termos apontados pelo Controle Interno, que deverão ensejar a audiência dos responsáveis que exerceram, no exercício de 2009, os cargos mencionados no subitem 4.4.8 daquela Informação, com vistas ao julgamento irregular das contas, com base no art. 17, inciso III, alíneas “b” e “c”, da Lei Complementar nº 1/1994.

14. Nos subitens 6.5 e 8.13 da referida Informação, concluiu-se que as irregularidades/impropriedades apontadas pelo Núcleo de Cadastro e Controle de Responsabilidade – NUCRE/GETOC/DIGEC/SUTES/SEF, no Relatório juntado à fl. 207*, não foram atribuídas apenas ao suprido, uma vez que evidenciaram fragilidades nos controles internos do Órgão no que concerne à fiscalização e ao acompanhamento dos suprimentos de fundos concedidos pela SEF. Nesse sentido, entendemos que esse fato deve ensejar, no momento oportuno, ressalva nas contas dos responsáveis, no exercício de 2009, pela Unidade de Administração Geral e pela Diretoria Administrativo-Financeira, se afastadas eventuais irregularidades praticadas por esses agentes.

15. Nos subitens 7.1.1 e 8.14 da mencionada Informação, ressaltou-se que o julgamento das presentes contas deveria aguardar o deslinde dos Processos nºs 43.103/2009, 43.138/2009, 18.513/2011 (TCE), 43.421/2009, 43.430/2009, 43.456/2009 e 11.390/2011 (TCE), porquanto consignaram irregularidades apuradas em auditorias especiais realizadas pelo Corpo Técnico do Tribunal, em cumprimento à Decisão nº 8025/2009, exarada nos autos do Processo nº 41.100/2009, autuado para apuração de fatos ligados à operação deflagrada pela Polícia Federal denominada “Caixa de Pandora”. Portanto, após a realização das diligências propostas naquela instrução, seria novamente sopesado o reflexo dos fatos tratados naqueles autos no julgamento da TCA em exame. Nesse sentido, mediante consulta ao Sistema de Acompanhamento Processual Eletrônico (e-TCDF) desta Corte, constatamos as seguintes informações adicionais àquelas consignadas na Informação nº 238/2012 – SECONT/1ª DICONTE (fls. 96-137):

Processo	Comentário
43.103/2009	Auditoria realizada na Secretaria de Fazenda, com o objetivo de examinar a regularidade dos pagamentos efetuados em favor da empresa ADLER Assessoramento Empresarial e Representações Ltda., a título de reconhecimento de dívidas (Processos nºs 040.005.282/2007, 040.009.128/2008 e

* Processo GDF nº 040.001.949/2010, apenso.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.3/S.3

Fls.:

Proc.: 33.679/11

Rubrica

	<p>040.001.929/2009), relativos a serviços de locação de equipamentos de TI e manutenção de instalações lógicas e elétricas, nos exercícios de 2007 e 2008. Mediante a Decisão n.º 4993/2011, o Tribunal autorizou a oitiva da SEF e dos responsáveis indicados nos §§ 110 e 231 do Relatório de Auditoria n.º 1/2011, para que se manifestassem em relação aos achados de auditoria. Por meio da Decisão n.º 6495/2011, a Corte concedeu àquela Secretaria a prorrogação do prazo para apresentar as contrarrazões demandadas no item II "a" da Decisão n.º 4.993/2011 e autorizou a audiência do Senhor Dagoberto Pina dos Santos, por edital, com vista à apresentação de razões de justificativa quanto ao disposto no item II "b" e "d" da Decisão n.º 4993/2011. Por intermédio das Decisões n.ºs 1544/2012, 3484/2012 e 5533/2012, o Tribunal concedeu ao Sr. Rodrigo Miranda Mendes a dilação do prazo, para que se manifestasse quanto ao Achado de Auditoria n.º 3 (Certificação irregular de faturas). Verificamos que, após examinar as considerações dos gestores e entidades a se pronunciar, o Corpo Técnico elaborou o Relatório Final de Auditoria de 08.02.2013 (e-DOC n.º 1C0510C2), propondo, entre outras medidas: i) a audiência dos responsáveis indicados na Tabela 02, para que apresentem razões de justificativa pela irregularidade descrita na Tabela 01, tendo em vista a possibilidade de aplicação da multa prevista no art. 57, inciso II, bem como da sanção preconizada no art. 60, ambos da Lei Complementar n.º 1/1994 (Achado n.º 01); ii) a conversão dos autos, no que diz respeito à irregularidade descrita na Tabela 03, em Tomada de Contas Especial a ser tratada em processo apartado e a citação dos responsáveis indicados na Tabela 04, para que apresentem defesa ou recolham o valor integral do débito (R\$ 2.271.298,49), a ser corrigido a contar de 05/10/2009, tendo em conta, ainda, a possibilidade de aplicação da sanção prevista no art. 60 da LC nº 01/1994 (Achado nº 02). Acrescente-se que, por meio do Parecer n.º 1429/2013 – DA, o representante do Ministério Público de Contas junto a este Tribunal, ao acolher as análises empreendidas e as conclusões expendidas pela Unidade Técnica, acrescentou proposta no sentido de que seja mantido o Sr. Valdivino José de Oliveira no rol de responsáveis indicados no Achado de Auditoria n.º 2 (Atestação de serviços não prestados e cálculo incorreto do valor da dívida (quantum indenizável), o qual foi pago como se contrato (na modalidade locação) existisse quando da execução das despesas. Considerando que o e. Plenário ainda não apreciou as referidas sugestões e que, nos autos em comento, propõe-se a responsabilização, entre outros, dos Srs. Valdivino José de Oliveira e Dagoberto Pina dos Santos, bem assim da Sra. Analice Maria Marçal de Lima, indicados no Rol de Responsáveis desta TCA (fl. 500), por irregularidades ocorridas na gestão em apreço (2009), somos por sugerir que, no momento oportuno, seja sopesado o reflexo dos fatos tratados no Processo n.º 43.103/2009 e na TCE que, porventura, vier a ser instaurada em decorrência do prejuízo nele apurado, no julgamento das presentes contas.</p>
43.138/2009	<p>Auditoria de Regularidade realizada na Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal, para examinar a regularidade da prestação de serviços sem cobertura contratual pela empresa Linknet Tecnologia e Telecomunicações Ltda. Mediante a Decisão n.º 3225/2013, o Tribunal, entre outras medidas, resolveu considerar procedentes as justificativas apresentadas pelos responsáveis, deixando de aplicar-lhes a multa mencionada na Decisão n.º 2312/2011. Por meio da</p>



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.3/S.3

Fls.:

Proc.: 33.679/11

Rubrica

	<p>Decisão n.º 3772/2013, a Corte tomou conhecimento do recurso interposto pelo Ministério Público Especial como Pedido de Reexame, conferindo efeito suspensivo ao item II da Decisão n.º 3.225/2013, consoante art. 47 da LOTCDF, e, com fundamento no art. 188, § 6º, do RI/TCDF, concedeu aos responsáveis o prazo de 30 (trinta) dias para oferecimento de contrarrazões que entendessem pertinentes em face do recurso em questão. Conforme nos manifestamos no parágrafo 6º desta Informação, ao analisarmos a diligência contida na alínea "j" da Decisão n.º 1385/2013, não há necessidade de o julgamento da TCA em exame aguardar o deslinde do Processo n.º 43.138/2009, uma vez que nesses autos se cogita da aplicação de penalidade aos gestores da SEF apenas em razão de irregularidades praticadas no período de 01.01.2007 a 31.12.2008.</p>
18.513/2011	<p>Tomada de contas especial constituída por força do item IV da Decisão n.º 2312/2011, para apurar responsabilidades pelos prejuízos decorrentes da realização de serviços sem cobertura contratual pela empresa LINKNET Tecnologia e Telecomunicações Ltda. Por intermédio da Decisão n.º 5914/2013, o Tribunal tomou conhecimento das alegações de defesa apresentadas, considerando – as procedentes, parcialmente procedentes e improcedentes. Nos termos do art. 13, § 3º, da Lei Complementar n.º 1/1994, considerou revel o Sr. Dagoberto Pina dos Santos, por não ter atendido ao chamado da Corte determinado pelo item V da Decisão n.º 2312/2011, sendo-lhe imputado o débito solidário no montante atualizado para 2012 de R\$ 34.273.476,65. Considerando que esse Senhor encontra-se indicado como responsável na presente TCA (fl. 500) e que ainda não houve a conclusão da referida TCE, somos por sugerir que, no momento oportuno, seja sopesado o reflexo dos fatos tratados no Processo n.º 18.513/2011 no julgamento das respectivas contas anuais.</p>
43.421/2009	<p>Auditoria Especial levada a efeito na SEF, em decorrência de reconhecimento de dívida em favor da empresa TECNOLINK Informática e Telecomunicações Ltda., por irregular prestação de serviço de disponibilização de link de comunicação via rádio e de monitoramento patrimonial por sistema de vídeo. Na última manifestação, ocorrida por meio da Decisão n.º 406/2011, o Tribunal, entre outras deliberações, resolveu conhecer dos Embargos opostos pela empresa Link Data Informática e Serviços Ltda. contra a Decisão n.º 6290/2010 e, no mérito, negar provimento ao recurso em tela. Verificamos, ainda, que, mediante o Parecer nº 244/2012 – MF (e-DOC A197D062), o Ministério Público junto ao Tribunal, em harmonia parcial com o entendimento do órgão técnico, requereu que o e. Plenário acolhesse, entre outras, as sugestões no sentido de: a) considerar irregulares as relações jurídicas que deram origem aos pagamentos efetuados pela SEF à empresa Tecnolink, visto que originárias de ato nulo de pleno direito; b) determinar a conversão dos autos em Tomada de Contas Especial, nos termos do art. 46 da LC nº 01/1994; e c) ordenar as citações dos responsáveis solidários, indicados nos parágrafos 13 e 14 do citado parecer, nos termos do art. 13, II, da aludida Lei Complementar, para que, no prazo de trinta dias, querendo, recolhessem a importância devida ou apresentassem defesas ante a possibilidade da condenação ao débito e aplicação das multas previstas nos arts. 56 e 57, incisos II e III, e sanção de que trata o art. 60 da LC n.º 01/1994. Considerando que o e. Plenário ainda não apreciou as referidas sugestões e que, no citado Parecer, propõe-se a responsabilização, entre outros, dos Srs. Valdivino José de</p>



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.3/S.3

Fls.:

Proc.: 33.679/11

Rubrica

	<p>Oliveira e Dagoberto Pina dos Santos e da Sra. Analice Maria Marçal de Lima, indicados no Rol de Responsáveis desta TCA (fl. 500), por irregularidades ocorridas na gestão em apreço (2009), somos por sugerir que, no momento oportuno, seja sopesado o reflexo dos fatos tratados no Processo n.º 43.421/2009 no julgamento das correspondentes contas anuais.</p>
43.430/2009	<p>Auditoria especial que teve por objeto a verificação dos pagamentos efetuados pela SEF à empresa VERTAX Redes e Telecomunicações Ltda., a título de reconhecimento de dívida, constantes dos Processos n.ºs 040.005.281/2007 e 040.009.127/2008. Por meio da Decisão n.º 5790/2011, a Corte encaminhou cópia do Relatório de Auditoria nº 10/2011 àquela Secretaria e à empresa VERTAX para manifestação. Constatou-se que no citado documento o Corpo Técnico concluiu que foram prestados serviços sem cobertura contratual; que não houve prévia licitação, ou a correspondente dispensa, bem como não se deu anteriormente à despesa o prévio empenho. Além disso, também ficou evidenciado que o valor total pago, a título indenizatório, excedeu tanto o custo dos serviços prestados, quanto o valor de aquisição dos bens locados; tendo, ainda, se considerado excessivamente elevados os valores de locação mensais. Neste sentido, foi apurado prejuízo aos cofres distritais, considerando-se, ainda, a má-fé por parte da empresa em relação aos preços de locação. Demais disso, destacou-se que não há registro da realização de estudo de viabilidade (aquisição x locação), exigido pela Decisão nº 2.517/02. Por fim, registrou-se a impossibilidade de afirmar se foram efetivamente prestados os serviços ou a locação de bens; o que ensejou a proposição de audiência dos responsáveis pela prática de atos com grave infração à norma legal e de modo antieconômico, ante a possibilidade de aplicação da multa prevista no inciso II do art. 57 da LC nº 1/94. Ao fim, a equipe de auditoria se posicionou pela IRREGULARIDADE dos serviços prestados sem cobertura contratual pela empresa VERTAX à SEF e dos correspondentes atos autorizadores de pagamentos, nos termos do Relatório de Auditoria nº 10/11. Após a análise dos pronunciamentos da SEF e da VERTAX, o órgão técnico apresentou Relatório Final de Auditoria (e-DOC n.º CB954DFB), considerando que os esclarecimentos prestados não foram capazes de alterar as conclusões antes lançadas, mantendo inalterado o entendimento anterior pela irregularidade da prestação dos serviços sem cobertura contratual, bem como pela ocorrência de prejuízo. Ao final, a unidade técnica propôs ao e. Plenário, entre outras sugestões, que: a) determinasse a audiência dos senhores nominados no item 2.1.1.6 – Responsabilização (Achado de Auditoria 1) do Relatório de Auditoria n.º 10/2011, com vistas à aplicação da multa prevista no inciso II do artigo 57 da Lei Complementar n.º 01, de 09.05.1994, bem como da inabilitação prevista no art. 60 da mesma Lei, para que, no prazo de 30 dias, apresentassem as justificativas que tivessem quanto aos fatos narrados no Item 2.1.1 – Achado de Auditoria 1 do citado Relatório; b) determinasse a audiência dos senhores nominados no item 2.3.1.6 – Responsabilização (Achado de Auditoria 3) do Relatório de Auditoria n.º 10/2011, com vistas à aplicação da multa prevista no inciso II do artigo 57 da Lei Complementar n.º 01, de 09.05.1994, bem como da inabilitação prevista no art. 60 da mesma Lei, para que, no prazo de 30 dias, apresentassem as justificativas que tivessem quanto aos fatos narrados no Item 2.3.1 – Achado de Auditoria</p>



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.3/S.3

Fls.:

Proc.: 33.679/11

Rubrica

	<p>3 do citado Relatório; e c) determinasse, ainda, a conversão do Achado de Auditoria nº 2 em Tomada de Contas Especial, na forma do art. 46 da Lei Complementar nº 1/1994, no tocante ao valor do prejuízo apontado no § 219 do Relatório Final de Auditoria apurado relativamente aos processos nº 040.005.281/2007 e 040.009.127/2008, autorizando, ainda, a citação dos responsáveis solidários indicados no item 2.2.1.6 – Responsabilização (Achado de Auditoria 2) do referido relatório, incluída a empresa VERTAX, para que, no prazo de 30 dias, apresentassem as alegações de defesa que tivessem quanto ao prejuízo indicado ou recolhessem ao erário distrital o referido valor. Mediante o Parecer n.º 0172/2013 – MF (e-DOC n.º 646E7AB6), o Ministério Público junto ao Tribunal opina por que o e. Plenário adote as sugestões alvitadas, alterando, porém, o valor do prejuízo por aquele indicado no § 10 do citado Parecer. Considerando que o e. Plenário ainda não apreciou as referidas sugestões e que, no citado Relatório Final, propõe-se a responsabilização, entre outros, dos Srs. Valdivino José de Oliveira e Dagoberto Pina dos Santos e da Sra. Analice Maria Marçal de Lima, indicados no Rol de Responsáveis desta TCA (fl. 500), por irregularidades ocorridas na gestão em apreço (2009), somos por sugerir que, no momento oportuno, seja sopesado o reflexo dos fatos tratados no Processo n.º 43.430/2009 e na TCE que, porventura, vier a ser instaurada em decorrência do prejuízo nele apurado, no julgamento das presentes contas.</p>
43.456/2009	<p>Auditoria de Regularidade realizada na Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal – SEF/DF, em atenção à Decisão n.º 8025/2009, com o objetivo de verificar a regularidade das despesas efetuadas em razão do Contrato n.º 14/2008, celebrado com a empresa POLITEC Tecnologia da Informação S.A., nominada na “Operação Caixa de Pandora”. No Relatório de Auditoria n.º 7.0003.10, o Corpo Técnico apontou que o trabalho de fiscalização teve por escopo os pagamentos realizados por aquela Secretaria à empresa Politec nos exercícios de 2008, 2009 e 2010, por força do Contrato nº 14/2008, iniciado em 10 de junho de 2008, e suas prorrogações que expiravam em 10/06/2011, no valor total líquido, até 30.06.2010, de R\$ 23.469.658,10. No curso da auditoria, verificou-se, entre outros achados, que o Contrato nº 14/2008 se originou de certame não competitivo; que sua vigência foi prorrogada em 2009 sem observar a existência de preços de mercado mais favoráveis para parte de seu objeto; que a remuneração dos terceirizados que executavam os serviços de transcrição de dados foi menor do que o fixado contratualmente; e que os critérios para remuneração por ponto de função estavam em desconformidade com as boas práticas do mercado. Todos esses desvios ensejaram prejuízos de R\$ 853.872,19 (R\$ 271.452,57 - Achado 4 / R\$ 582.419,62 - Achado 5). Razão pela qual foram propostas a não renovação do ajuste, a aplicação de glosas mensais e a responsabilização de agentes públicos e da contratada, conforme espelha a Decisão n.º 687/2011. Constatamos que para dar cumprimento ao item IV (abertura de TCE e citações) da r. Decisão foi autuado nesta Corte o Processo n.º 11.390/2011 que será objeto de comentário a seguir. Atualmente, o Processo n.º 43.456/2009 encontra-se em fase de análise do cumprimento das determinações constantes dos itens III e IV da Decisão n.º 6580/2012. Mediante o Parecer n.º 1135/2013 – CF (e-DOC 422A5A8D), o Ministério Público de Contas junto ao Tribunal opinou pela reiteração à SEF/DF para que informe o andamento do Processo nº 126.000.005/11, instaurado para</p>



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.3/S.3

Fls.:

Proc.: 33.679/11

Rubrica

	<p>apuração de responsabilidade pelo não cumprimento de cláusula do Contrato n.º 14/2008, haja vista a existência de indícios de prejuízo ao Erário, a ser apurado em futura TCE. Considerando que algumas irregularidades apontadas no Relatório de Auditoria n.º 7.0003.10 ocorreram na gestão em apreço, a exemplo da primeira prorrogação do Contrato n.º 14/2008, levada a efeito em 10.06.2009, na qual se deixou de observar a existência de preços mais favoráveis à Administração; e, também, que se cogita da responsabilização de servidores integrantes do Rol constante à f. 500, entendemos que, no momento oportuno, deva ser sopesado o reflexo dos fatos tratados no Processo n.º 43.456/2009 e na TCE que, porventura, vier a ser instaurada em decorrência do prejuízo nele apurado, no julgamento das presentes contas.</p>
11.390/2011	<p>Tomada de contas especial instaurada em cumprimento ao item IV da Decisão n.º 687/2011, proferida no Processo n.º 43.456/2009, que cuida de auditoria realizada no Contrato n.º 14/2008, firmado entre a Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal e a empresa POLITEC Tecnologia da Informação S/A, conforme transcrição a seguir, in verbis:</p> <p>“... IV - autorizar a abertura de tomada de contas especial, em autos apartados, com fulcro no § 4º do art. 2º da Emenda Regimental nº 1/1998, alterada por meio da Emenda Regimental nº 23/2008, e promover: a) a citação dos dirigentes mencionados nos §§ 58 e 60 do Relatório de Auditoria nº 7.0003.10, para que, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentem defesa sobre a prorrogação do Contrato nº 14/2008 sem observar a existência de preços mais favoráveis à Administração, ou recolham a quantia apontada no § 61 da instrução, tendo em vista as penalidades previstas nos artigos 56 e 60 da Lei Complementar nº 1/1994; b) a citação do gestor do contrato, indicado no § 68 da instrução, para que, no prazo de 30 (trinta) dias, apresente defesa pelo pagamento da remuneração dos terceirizados a menos do que o indicado no contrato, ou recolha a quantia apontada no § 67 da instrução, tendo em vista as penalidades previstas nos artigos 56 e 60 da Lei Complementar nº 1/1994; c) a citação dos representantes legais da empresa citada no § 68, consoante as disposições do art. 17, alíneas “c” e “d”, c/c o art. 17, § 2º, alínea “b”, todos da Lei Orgânica do TCDF, para que, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentem defesa em relação aos fatos relacionados nos itens ‘a’ e ‘b’ supra, ou recolham a quantia apontada no §§ 61 e 67 da instrução; ...” (Grifamos)</p> <p>Na última manifestação, ocorrida mediante a Decisão n.º 5858/2013, o Tribunal, entre outras deliberações, resolveu, in verbis:</p> <p>“... 2. considerar: (...) b) improcedentes os argumentos de defesa apresentados pela empresa POLITEC TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO S/A para afastar a irregularidade apontada no Achado n.º 04 do Relatório de Auditoria n.º 7.0003.10-NFTI, disso dando ciência ao patrono da empresa; c) improcedentes os argumentos de defesa apresentados pela Sra. ANALICE MARÇAL DE LIMA, para afastar a irregularidade apontada no Achado n.º 04 do Relatório de Auditoria n.º 7.0003.10-NFTI; 3. Considerar, ainda, o Sr. DAGOBERTO PINA DOS SANTOS revel para todos os efeitos nos autos, por ter deixado de atender a citação determinada pela Decisão n.º 687/2011; 4. tornar sem efeito os termos da alínea “b” do item IV da Decisão n.º 687/2011, por ausência de prejuízo ao Erário, conforme as apurações realizadas nos autos do Processo n.º 43.456/2009; ...”</p>



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.3/S.3

Fls.:

Proc.: 33.679/11

Rubrica

	<i>Conforme se pode observar a Sra. Analice Marçal de Lima e o Sr. Dagoberto Pina dos Santos, integrantes do Rol constante à fl. 500, foram responsabilizados pela irregularidade apontada no Achado nº 04 do Relatório de Auditoria n.º 4.0003.10-NFTI, atinente à prorrogação do Contrato n.º 14/2008 sem observar a existência de preços mais favoráveis à Administração. Nesse sentido, entendemos que a referida ocorrência enseja a audiência dos aludidos responsáveis para apresentarem razões de justificativa, em face da possibilidade de julgamento irregular das respectivas contas anuais, com fulcro no art. 17, inciso III, alíneas “b” e “c”, da Lei Complementar n.º 1/1994.</i>
--	--

16. Feitas as análises dos processos conexos, concluímos que, no momento oportuno, devam ser sopesados no julgamento das presentes contas os reflexos dos fatos tratados nos Processos n.ºs: i) 43.103/2009, 43.430/2009 e 43.456/2009, inclusive das TCEs que, porventura, vierem a ser instauradas em decorrência dos prejuízos neles apurados; ii) 43.421/2009; e iii) 18.513/2011. Em relação ao Processo de TCE n.º 11.390/2011, restou comprovada a responsabilidade da Sra. Analice Maria Marçal de Lima e do Sr. Dagoberto Pina dos Santos, integrantes do Rol constante à fl. 500, pela irregularidade apontada no Achado nº 04 do Relatório de Auditoria n.º 4.0003.10-NFTI, atinente à prorrogação do Contrato n.º 14/2008 sem observar a existência de preços mais favoráveis à Administração. Nesse sentido, entendemos que a referida ocorrência enseja a audiência dos aludidos gestores para apresentarem razões de justificativa, em face da possibilidade de julgamento irregular das respectivas contas anuais, com fulcro no art. 17, inciso III, alíneas “b” e “c”, da Lei Complementar n.º 1/1994.

Das Conclusões

17. Mediante o OFÍCIO Nº 348/2013 – GAB/SEF (fl. 171) e anexos (fls. 172-496), a Secretaria de Estado de Fazenda apresentou, tempestivamente, as informações solicitadas pelo Tribunal por meio da Decisão n.º 1385/2013 (fls. 166-167), acompanhadas da documentação probatória pertinente.

18. Conforme se depreende da análise contida no parágrafo 6º desta Informação, aquela jurisdicionada prestou satisfatoriamente os esclarecimentos demandados pela Corte, podendo, portanto, a diligência constante do item III e a determinação a que alude o item IV, ambos da Decisão nº 1385/2013, serem consideradas atendidas.

19. Com base nas informações fornecidas pela SEF, em cumprimento às alíneas “a” e “b” do Item III da decisão retro, elaboramos novo rol de responsáveis, conforme Papel de Trabalho acostado às fls. 500-501, em substituição ao constante do item 2 da Informação n.º 238/2012 – SECONT/DICONT (fls. 97-98).

20. Quanto à divergência apontada na alínea “c” do item III da



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.3/S.3

Fls.:

Proc.: 33.679/11

Rubrica

Decisão n.º 1385/2013, considerando que a falha não causou nenhum prejuízo ao Erário e que a referida diferença foi devidamente esclarecida e regularizada nos exercícios subsequentes, entendemos a aludida ocorrência deva ensejar, no momento oportuno, apenas ressalva às contas do responsável pelo cargo de Chefe do Núcleo de Administração do Depósito de Bens Apreendidos da SEF, no exercício de 2009.

*21. Quanto à análise da ocorrência apontada na alínea “h” do item III da Decisão n.º 1385/2013, verificamos que, em face do recente posicionamento adotado pelo Tribunal, que preconiza a jornada de trabalho mensal de 200 horas, para fins de cálculo do adicional noturno dos servidores submetidos ao regime de 40 horas semanais, consoante espelha a determinação contida no item IV da Decisão n.º 546/2014, concluímos que, entre novembro/2004 (mês da entrada em vigor do Decreto n.º 25.324/2004**) e março/2010 (mês anterior a adoção pela SEF do divisor de 200 horas mensais), a jurisdicionada, em estrito cumprimento às Decisões n.ºs 1210/1999 e 341/2004 desta Corte, prolatadas nos Processos n.ºs 4520/1998 e 33.248/2009, respectivamente, empregou o divisor de 240 horas mensais no cálculo do adicional noturno devido aos referidos servidores, resultando em pagamento a menor da aludida vantagem. Com relação ao emprego por aquela Secretaria do parâmetro de 200 horas mensais, a partir de abril/2010, em atendimento à recomendação da então Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (fl. 361), não obstante sua desconformidade com as orientações desta Corte, entendemos que, em razão da manifestação contida no item IV da Decisão n.º 546/2014 retrocitada, o Tribunal possa considerar corretos os procedimentos adotados pela jurisdicionada.*

22. Com relação à análise dos resultados das sindicâncias mencionadas na alínea “j” da Decisão n.º 1385/2013, fls. 166-167, temos as seguintes considerações a fazer:

i) ocorrência apontada no subitem 10.3 (equipamentos cedidos sem documentação) do Relatório de Auditoria n.º 18/2011 – DIRAS/CONT, fls. 2254-2327. Apuração conduzida no Processo de Sindicância n.º 126.000.007/2012. Concluímos que não há dúvida quanto ao possível reflexo da tomada de contas especial tratada no Processo n.º 18.513/2011 nas presentes contas: a) a uma, porque as irregularidades observadas nos procedimentos de reconhecimento e pagamento de dívidas de exercícios anteriores à Linknet, realizados no exercício de 2009, em flagrante descumprimento ao disposto no Decreto n.º 30.072, de 18.02.2009 (DODF de 19.02.2009), contribuíram*

** Decreto n.º 25.324, de 10.11.2004 – Autoriza os órgãos da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Distrito Federal a oferecer a opção pelo regime de 40 (quarenta) horas semanais e dá outras providências.

* Processo GDF n.º 040.001.949/2010, apenso.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.3/S.3

Fls.:

Proc.: 33.679/11

Rubrica

para a existência dos prejuízos apurados na aludida TCE; b) a duas, porque os gestores citados pela alínea “a” do item V da Decisão n.º 2312/2011 figuram no Rol de Responsáveis destas contas (fls. 500-501). Ademais, cumpre registrar que, embora não tenha ocorrido mais nenhum pagamento pela SEF àquela empresa até a presente data, conforme consulta realizada no SIGGO e no SISCOEX, há indícios de que a irregularidade atinente à execução de serviços sem cobertura contratual perdurou na gestão em apreço, porquanto, somente a partir de março de 2011, a SEF adotou providências para efetuar a devolução dos aludidos equipamentos à Linknet, consoante espelham os documentos de fls. 2118-2120. Destarte, entendemos que, no momento oportuno, deva ser sopesado o reflexo dos fatos tratados no Processo n.º 18.513/2011 no julgamento das respectivas contas anuais.;*

ii) ocorrência apontada no subitem 10.4 (ausência de informação sobre o uso de licenças ORACLE) do Relatório de Auditoria n.º 18/2011 – DIRAS/CONT, fls. 2254-2327. Apuração conduzida no Processo de Sindicância n.º 126.000.008/2012. Restou comprovada, no caso em apreço, a utilização irregular de licenças de uso do programa ORACLE ENTERPRISE EDITION pela SEF, sujeitando a Administração ao risco de ser acionada judicialmente pela violação de direitos autorais e, por isso, ser condenada à indenização pelo uso de software não licenciado. Nesse sentido, somos por que o Tribunal: a) determine à Secretaria de Estado de Fazenda que, se ainda não o fez, adote com urgência as medidas necessárias para a regularização da aludida impropriedade; b) autorize seja dado conhecimento do fato em comentário ao Núcleo de Fiscalização de Tecnologia da Informação – NFTI desta Corte. Ressalte-se que, com o intuito de promover a avaliação do reflexo da ocorrência em tela no julgamento das contas anuais dos responsáveis pela Unidade de Administração Tecnológica da SEF, referentes aos exercícios de 2011 e 2012, juntamos cópias da documentação de fls. 1665*, 1697*, 1698*, 2092-2097*, 2112-2114*, 2254*, 2316-2317* e 2328-2329*, bem como de fls. 382-383, 400-422, 512 e 528-530 dos autos para juntada às respectivas TCAs (Processos n.ºs 10.894/12 e 24.008/13);*

iii) ocorrência apontada no subitem 10.5 (ausência de justificativa para a contratação de licenças ORACLE Database Enterprise Edition) do Relatório de Auditoria n.º 18/2011 – DIRAS/CONT, fls. 2254-2327. Apuração conduzida no Processo de Sindicância n.º 126.000.008/2012. A nosso ver, os esclarecimentos prestados pela SEF são suficientes para justificar a*

* Processo GDF n.º 040.001.949/2010, apenso.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.3/S.3



aquisição, em 2009, de 32 licenças ORACLE DATABASE ENTERPRISE EDITION, em detrimento de uma versão mais simples – ORACLE DATABASE STANDARD EDITION -, não havendo que se falar, portanto, em reflexo do fato em comento no julgamento das presentes contas;

iv) ocorrência apontada no subitem 10.6 (contratação de serviço já contemplado em outro contrato) do Relatório de Auditoria n.º 18/2011 – DIRAS/CONT, fls. 2254-2327. Apuração conduzida no Processo de Sindicância n.º 126.000.008/2012. Em que pese a matéria em comento encontrar-se em exame na Tomada de Contas Especial tratada no Processo n.º 480.000.546/2011 (TCDF n.º 38298/2011), em atendimento à recomendação do Controle Interno contida na letra “a” do subitem 10.6 do citado Relatório de Auditoria, entendemos que as justificativas apresentadas pela SEF permitem-nos concluir que não houve contratação em duplicidade de serviços de suporte;*

v) ocorrência apontada no subitem 10.9 (pagamento contratado e não realizado) do Relatório de Auditoria n.º 18/2011 – DIRAS/CONT, fls. 2254-2327. Apuração conduzida no Processo de Sindicância n.º 126.000.009/2012. Restou comprovada a irregularidade atinente à despesa contratada (treinamento de empregados), mas não realizada, cuja responsabilidade deveria recair sobre o Sr. Rodrigo Miranda Mendes, que deixou de exercer com diligência suas atribuições como executor do contrato, bem como sobre a empresa LINK Consultores de Digitalização Ltda. que foi omissa no cumprimento integral de suas obrigações contratuais. Ressalte-se, também, que embora o Sr. Rodrigo Miranda Mendes tenha contribuído para a irregularidade em tela, não iremos propor que a Corte determine a audiência do mesmo, com vistas à aplicação da multa preconizada no art. 57, inciso II, da Lei Complementar n.º 1/1994, porquanto trata-se de ex-servidor comissionado, consoante informação constante à fl. 433. Esse fato provavelmente dificultaria sua localização e comprometeria o bom andamento do presente feito. Quanto à aludida empresa, pela inexecução parcial do objeto contratado, entendemos cabível determinação do Tribunal à SEF para que instaure o devido procedimento administrativo, visando aplicar àquela contratada, no que couber, as sanções preconizadas no art. 87 da Lei n.º 8.666/1993.*

23. Em resposta à solicitação contida na alínea “k” da Decisão n.º 1385/2013, fls. 166-167, a jurisdicionada informou que os fatos relacionados com as irregularidades mencionadas nos subitens 10.1 (pagamento por capacitação não realizada) e 10.6 (contratação de serviço já contemplado em outro contrato) do Relatório de Auditoria n.º 18/2011 – DIRAS/CONT (fls. 2254-



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.3/S.3

Fls.:

Proc.: 33.679/11

Rubrica

2327*) estavam sendo tratados na tomada de contas especial objeto do Processo n.º 480.000.546/2011, acompanhado nesta Corte no Processo n.º 38.298/2011. Constatamos que referida TCE encontra-se, atualmente, em apuração na Subsecretaria de Tomada de Contas Especial da STC e, a nosso ver, não deve condicionar o julgamento das presentes contas.

24. A análise da demanda contida na alínea “I” da Decisão n.º 1385/2013 permitiu-nos concluir que o Tribunal pode considerar atendida a determinação constante do item V da Decisão n.º 7851/2008, prolatada no Processo n.º 1532/2002.

25. Reputamos satisfatórias as medidas adotadas pela jurisdicionada em cumprimento à determinação constante do item IV da Decisão n.º 1385/2013. Considerando que a tramitação das TCEs n.º 040.000.691/2006 e 126.000.013/2008, ali mencionadas, está sendo acompanhada pela Corte no bojo dos Processos n.º 5376/2009 e 36.499/2013, respectivamente, entendemos desnecessário sugerir qualquer providência adicional. Ademais, não há que se falar em condicionar o julgamento das presentes contas ao deslinde das referidas TCEs, uma vez que os fatos nelas apurados ocorreram em exercícios anteriores ao examinado nesta TCA.

26. Nos parágrafos 10, 12 e 14 desta instrução, mencionamos que foram apontadas, no bojo da Informação n.º 238/2012 – SECONT/1ª DICONTE (fls. 96-137), a existência de falhas de natureza formal, completamente exauridas no exercício em apreço, bem como de fragilidades nos controles internos da SEF que, no momento oportuno, deverão ensejar a aposição de ressalvas à regularidade das contas dos responsáveis indicados, se afastadas eventuais irregularidades praticadas por esses agentes.

27. No parágrafo 11, assinalamos que, nos subitens 4.4.6 e 8.9 da referida Informação, registrou-se que os subitens 7.11 e 7.13 do Relatório de Auditoria n.º 18/2011 – DIRAS/CONT (fls. 2254-2327*), comentados no PT III (fls. 81-93), consignam irregularidades que deverão ensejar a audiência dos responsáveis que exerceram, no exercício de 2009, os cargos de Secretário de Estado de Fazenda e de Subsecretário do Tesouro, com vistas ao julgamento irregular das respectivas contas anuais, com fulcro no art. 17, inciso III, alínea “b”, da Lei Complementar n.º 1/1994.

28. No parágrafo 13, consignamos que, nos subitens 4.4.8 e 8.11 da Informação n.º 238/2012 – SECONT/1ª DICONTE (fls. 96-137), o Corpo Técnico assinalou que os subitens 4.2, 8.2, 9.1.3 e 10.2 do Relatório de Auditoria n.º 18/2011 – DIRAS/CONT (fls. 2254-2327*) consignam irregularidades, nos termos apontados pelo

* Processo GDF n.º 040.001.949/2010, apenso.

* Processo GDF n.º 040.001.949/2010, apenso.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.3/S.3

Fls.:

Proc.: 33.679/11

Rubrica

Controle Interno, que deverão ensejar a audiência dos responsáveis que exerceram, no exercício de 2009, os cargos mencionados no subitem 4.4.8 daquela Informação, com vistas ao julgamento irregular das contas, com base no art. 17, inciso III, alíneas “b” e “c”, da Lei Complementar n.º 1/1994.

29. Nos parágrafos 15 e 16 desta Instrução, efetuamos nova análise dos processos conexos apontados nos subitens 7.1.1 e 8.14 da Informação n.º 238/2012 – SECONT/1ª DICONT (fls. 96-137) e concluímos que, no momento oportuno, devam ser sopesados no julgamento das presentes contas os reflexos dos fatos tratados nos Processos n.ºs: i) 43.103/2009, 43.430/2009 e 43.456/2009, inclusive das TCEs que, porventura, vierem a ser instauradas em decorrência dos prejuízos neles apurados; ii) 43.421/2009; e iii) 18.513/2011.

30. Impende ressaltar que, em relação ao Processo de TCE n.º 11390/2011, restou comprovada a responsabilidade da Sra. Analice Maria Marçal de Lima e do Sr. Dagoberto Pina dos Santos, integrantes do Rol constante à fl. 500, pela irregularidade apontada no Achado n.º 04 do Relatório de Auditoria n.º 4.0003.10-NFTI, atinente à prorrogação do Contrato n.º 14/2008 sem observar a existência de preços mais favoráveis à Administração. Nesse sentido, entendemos que a referida ocorrência enseja a audiência dos aludidos gestores para apresentarem razões de justificativa, em face da possibilidade de julgamento irregular das respectivas contas anuais, com fulcro no art. 17, inciso III, alíneas “b” e “c”, da Lei Complementar n.º 1/1994.

31. Embora subsistam fatos sendo apurados em processos conexos, conforme assinalado no parágrafo 29, cumpre registrar que já foram constatadas nesta TCA irregularidades suficientes para propormos ao Tribunal que, preliminarmente, determine, nos termos do art. 13, inciso III, da Lei Complementar n.º 1/1994, a audiência dos responsáveis a seguir indicados, para apresentarem razões de justificativa, ante a possibilidade dessas ocorrências ensejarem o julgamento irregular das respectivas contas anuais:

Responsáveis	1) Valdivino José de Oliveira, Secretário de Estado, no período de 01.01 a 30.11.2009. 2) André Clemente Lara de Oliveira, Secretário de Estado, no período de 01.12 a 31.12.2009.
Ocorrências	Subitens 7.11 (Inconsistência de saldo na conta contábil 122130000 – Parcelamentos de débitos inscritos na Procuradoria Geral do Distrito Federal); 7.13 (Ausência de contabilização das movimentações e inconsistência de saldos nas contas contábeis 222520201 – Precatórios Alimentares, 222520202 – Precatórios Não Alimentares e 222520203 – Precatórios de Pequeno Valor) e 10.2 (Pagamento por hardware que permanece sem utilização, Processo n.º 040.001.109/2008 – CIMCORP) do Relatório de Auditoria n.º 18/2011 – DIRAS/CONT (fls. 2254-2327 do



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.3/S.3

Fls.:

Proc.: 33.679/11

Rubrica

	Processo GDF n.º 040.001.949/2010, apenso).
Enquadramento	Art. 17, inciso III, alíneas “b” e “c”, da Lei Complementar n.º 1/1994.
Responsáveis	José Carlos Riccioppo, Subsecretário do Tesouro, no período de 01.01 a 04.12.2009.
Ocorrências	subitem 7.11 (Inconsistência de saldo na conta contábil 122130000 – Parcelamentos de débitos inscritos na Procuradoria Geral do Distrito Federal); 7.13 (Ausência de contabilização das movimentações e inconsistência de saldos nas contas contábeis 222520201 – Precatórios Alimentares, 222520202 – Precatórios Não Alimentares e 222520203 – Precatórios de Pequeno Valor) e 8.2 (Diferenças na contabilização das receitas tributárias) do Relatório de Auditoria n.º 18/2011 – DIRAS/CONT (fls. 2254-2327 do Processo GDF n.º 040.001.949/2010, apenso).
Enquadramento	Art. 17, inciso III, alínea “b”, da Lei Complementar n.º 1/1994.
Responsáveis	José Alves de Souza, Diretor-Geral de Gestão Financeira, nos períodos de 01.01 a 08.02, 01.03 a 14.07, 04.08 a 30.11 e 11.12 a 17.12.2009.
Ocorrências	Subitem 8.2 (Diferenças na contabilização das receitas tributárias) do Relatório de Auditoria n.º 18/2011 – DIRAS/CONT (fls. 2254-2327 do Processo GDF n.º 040.001.949/2010, apenso).
Enquadramento	Art. 17, inciso III, alínea “b”, da Lei Complementar n.º 1/1994.
Responsáveis	1) Edineiz Souza Ramos Pestana, Gerente de Pagamento e Controle Financeiro, nos períodos de 01.01 a 04.01, 20.01 a 28.06 e 14.07 a 31.08.2009. 2) Francisco das Chagas Silva, Gerente de Pagamento e Controle Financeiro, nos períodos de 03.09 a 20.09, 11.10 a 30.11, 11.12 a 31.12.2009.
Ocorrências	Subitem 8.2 (Diferenças na contabilização das receitas tributárias) do Relatório de Auditoria n.º 18/2011 – DIRAS/CONT (fls. 2254-2327 do Processo GDF n.º 040.001.949/2010, apenso).
Enquadramento	Art. 17, inciso III, alínea “b”, da Lei Complementar n.º 1/1994.
Responsáveis	Analice Maria Marçal de Lima, Chefe da Unidade de Administração Geral, nos períodos de 01.01 a 12.02 (Respondendo), 13.02 a 15.02 e 08.03 a 31.12.2009, e Diretora Administrativo-Financeira, no período de 01.01 a 12.02.2009.
Ocorrências	a) subitem 4.2 (Saldo contábil do repasse de recurso financeiro para pagamento de precatório divergente do saldo bancário) do Relatório de Auditoria n.º 18/2011 – DIRAS/CONT (fls. 2254-2327 do Processo GDF n.º 040.001.949/2010, apenso). b) prorrogação do Contrato n.º 14/2008, firmado entre a Secretaria de Estado de Fazenda e a empresa POLITEC Tecnologia da Informação S/A, sem observar a existência de preços mais favoráveis à Administração, consoante apurado na Tomada de Contas Especial objeto do Processo n.º 11.390/2011.
Enquadramento	Art. 17, inciso III, alíneas “b” e “c”, da Lei Complementar n.º 1/1994.
Responsáveis	Dagoberto Queiroz Mariano, Diretor Administrativo-Financeiro - Respondendo, nos períodos de 13.02 a 27.09 e 18.10 a 31.12.2009.
Ocorrências	Subitem 4.2 (Saldo contábil do repasse de recurso



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.3/S.3

Fls.:

Proc.: 33.679/11

Rubrica

	<i>financeiro para pagamento de precatório divergente do saldo bancário) do Relatório de Auditoria n.º 18/2011 – DIRAS/CONT (fls. 2254-2327 do Processo GDF n.º 040.001.949/2010, apenso).</i>
Enquadramento	Art. 17, inciso III, alínea “b”, da Lei Complementar n.º 1/1994.
Responsáveis	Dagoberto Pina dos Santos, Chefe da Unidade de Administração Tecnológica, no período de 01.01 a 30.12.2009.
Ocorrências	a) Subitem 10.2 (Pagamento por hardware que permanece sem utilização, Processo n.º 040.001.109/2008 – CIMCORP) do Relatório de Auditoria n.º 18/2011 – DIRAS/CONT (fls. 2254-2327 do Processo GDF n.º 040.001.949/2010, apenso). b) prorrogação do Contrato n.º 14/2008, firmado entre a Secretaria de Estado de Fazenda e a empresa POLITEC Tecnologia da Informação S/A, sem observar a existência de preços mais favoráveis à Administração, consoante apurado na Tomada de Contas Especial objeto do Processo n.º 11.390/2011.
Enquadramento	Art. 17, inciso III, alíneas “b” e “c”, da Lei Complementar n.º 1/1994.
Responsáveis	Márcia Pacheco Laboissiere, Chefe do Núcleo de Administração do Depósito de Bens Apreendidos, no período de 01.01 a 31.12.2009.
Ocorrências	Subitem 9.1.3 (Perda total devido à demora na regularização de medicamentos apreendidos) do Relatório de Auditoria n.º 18/2011 – DIRAS/CONT (fls. 2254-2327 do Processo GDF n.º 040.001.949/2010, apenso).
Enquadramento	Art. 17, inciso III, alíneas “b” e “c”, da Lei Complementar n.º 1/1994.

32. Acrescente-se que os demais ocupantes dos cargos/funções mencionados no parágrafo anterior e relacionados nos quadros de fls. 500-501 não deverão ser chamados em audiência, tendo em vista os pequenos períodos de gestão em que figuraram como responsáveis, conforme espelha o quadro a seguir:

NOME	CARGO/FUNÇÃO	PERÍODO
Analice Marques da Silva	Chefe da Unidade de Administração Geral - Substituta	16.02 a 07.03.2009
Jairo Portela de Medeiros	Diretor Administrativo – Financeiro – Substituto	28.09 a 17.10.2009
Rogério Oliveira da Silva	Chefe da Unidade de Administração Tecnológica – Substituto	31.12.2009
Adão Nunes da Silva	Subsecretário do Tesouro	05.12 a 31.12.2009
José Itamar Feitosa	Diretor Geral de Gestão Financeira	18.12 a 31.12.2009
Maria de Fátima Moreira Costa	Diretora Geral de Gestão Financeira – Substituta	09.02 a 28.02.2009
Helena Mascarenhas Lustosa	Diretora Geral de Gestão Financeira – Substituta	15.07 a 03.08.2009
Laurinea Araújo Silveira	Gerente de Pagamento e Controle Financeiro – Substituta	05.01 a 19.01.2009 29.06 a 13.07.2009 21.09 a 10.10.2009 01.12 a 10.12.2009

8.

Concluindo, a Instrução sugere ao Tribunal:



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.3/S.3



“I. tomar conhecimento do OFÍCIO Nº 348/2013-GAB/SEF (fl. 171) e anexos, fls. 172-496, bem como do OFÍCIO Nº 874/2013-GAB-STC (fl. 498) e demais documentos juntados às fls. 500-511;

II. considerar atendidas a diligência de que trata o item III e a determinação a que alude o item IV, ambos da Decisão n.º 1385/2013;

III. considerar, ainda, cumprida a determinação constante do item V da Decisão n.º 7851/2008, prolatada no Processo n.º 1532/2002;

IV. determinar à Secretaria de Estado de Fazenda - SEF que, se ainda não o fez, adote com urgência as medidas necessárias para evitar a utilização irregular de licenças de uso do programa ORACLE ENTERPRISE EDITION, porquanto tal fato sujeita a Administração ao risco de ser acionada judicialmente pela violação de direitos autorais e, por isso, ser condenada à indenização pelo uso de software não licenciado;

V. determinar, ainda, àquela Secretaria que instaure o devido procedimento administrativo, visando aplicar à empresa LINK Consultores de Digitalização Ltda., no que couber, as sanções preconizadas no art. 87 da Lei n.º 8.666/1993, em virtude da inexecução parcial do objeto contratado, conforme apontado pelo Controle Interno no subitem 10.9 do Relatório de Auditoria n.º 18/2011 – DIRAS/CONT, fls. 2254-2327 do Processo n.º 040.001.949/2010;

VI. determinar, nos termos do art. 13, III, da Lei Complementar n.º 1/1994, a audiência dos responsáveis nominados no parágrafo 31 desta Informação para que, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentem razões de justificativa para as ocorrências ali apontadas, ante a possibilidade de ensejarem o julgamento irregular das respectivas contas anuais, com fulcro no art. 17, inciso III, alíneas “b” e “c”, da citada Lei;

VII. autorizar:

a) seja dado conhecimento da ocorrência mencionada no item IV destas sugestões ao Núcleo de Fiscalização de Tecnologia da Informação – NFTI desta Corte;

b) o retorno dos autos à Secretaria de Contas para adoção das providências de estilo.”



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.3/S.3

Fls.:

Proc.: 33.679/11

Rubrica

MANIFESTAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

9. O Ministério Público junto a esta Corte de Contas, por meio do Parecer nº 359/13 (fls. 559/562), da lavra da Procuradora CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA, endossa as conclusões da Unidade Instrutiva. Do mencionado Parecer destaco o seguinte trecho:

“10. Os autos vieram ao Ministério Público de contas para emitir parecer.

11. Considerando os elementos insertos no feito, observo que as irregularidades destacadas na Informação são graves e ensejam, por conseguinte, a audiência dos responsáveis, para apresentarem razões de justificativa, em face da possibilidade de julgamento irregular das respectivas contas anuais, com fulcro no art. 17, inciso III, alíneas “b” e “c”, da Lei Complementar n.º 1/1994.

12. Nessa linha de entendimento, pugno pelo acolhimento das sugestões lançadas pelo Corpo Técnico.”

É o Relatório.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.3/S.3



VOTO

10. Nesta fase examinam-se os documentos enviados pela Secretaria de Estado de Fazenda, em atenção a determinação constante da Decisão nº 1.385/13-CSPM.

11. Após examinar a documentação encaminhada, o Corpo Técnico e o Ministério Público sugerem que se tenha por atendida a diligência, autorize a audiência dos responsáveis e expeça determinação à jurisdicionada.

12. Dentre as determinações propostas consta a instauração de procedimento administrativo em virtude da impropriedade verificada no subitem 10.9 do Relatório de Auditoria nº 18/2011 – DIRAS/CONT (pagamento contratado e não realizado), tendo em vista a possibilidade de se aplicar à contratada as sanções previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93.

13. Trata-se de contrato firmado com a empresa Link Consultores de Digitação Ltda. que teve por objeto o treinamento de 10 (dez) servidores da Secretaria de Estado de Fazenda quando da aquisição da Licença de Antivírus para **Desktops** – Symantec e da Licença de Antivírus para **Servidores** – Symantec.

14. Cabe ressaltar que:

a) a NE nº 1141 (fl. 508), no montante total de R\$ 242.133,00, especificava o valor das 2000 licenças para **desktops** (R\$ 207.900,00), com treinamento para 10 funcionários e 300 licenças para **servidores** (R\$ 34.233,00), com treinamento para 10 funcionários;

b) a NE nº 1145 (fl. 509), no montante total de R\$ 35.320,00, especificava o valor das Licenças de Antivírus para **Servidores** – Symantec, com treinamento para 10 funcionários;

Não havendo reparos a serem feitos nas considerações dos órgãos instrutivos, VOTO no sentido de que o Tribunal:

I. tome conhecimento do Ofício nº 348/13-GAB/SEF (fl. 171) e anexos de fls. 172/496, bem como do Ofício nº 874/13-GAB-STC (fl. 498) e demais documentos juntados às fls. 500/511;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.3/S.3



II. tenha por atendida as Decisões nºs 1.385/13¹ e 7.851/08²;

III. determine à Secretaria de Estado de Fazenda - SEF que:

a) se ainda não o fez, adote com urgência as medidas necessárias para evitar a utilização irregular de licenças de uso do programa ORACLE ENTERPRISE EDITION, pois isso poderá sujeitar a Administração ao risco de ser acionada judicialmente pela violação de

¹ **DECISÃO Nº 1385/2013-CSPM:** “[...] III. determinar à Secretaria de Estado de Fazenda que, por suas unidades técnicas competentes, e com base nos registros contábeis, no prazo de 30 (trinta) dias, prestem as seguintes informações com vistas ao saneamento dos autos: a) esclareça por que havia, em 2009, responsáveis nomeados para os cargos de Diretor-Geral de Administração Financeira e de Gerente da Gerência Financeira, uma vez que os mesmos foram extintos pelo Decreto nº 27.782/2007; b) informe o nome completo, CPF, data de nascimento, nome da mãe, endereço residencial, telefone, período(s) de gestão, atos de nomeação, designação, dispensa ou exoneração e respectivas datas de publicação necessários à caracterização do(s) responsável(eis) e eventuais substitutos que exerceram os cargos de Diretor da Diretoria-Geral de Gestão Financeira - DIGEF e de Chefe da Unidade de Administração Tecnológica - UAT daquela Secretaria, no exercício de 2009; c) apresente justificativa para a diferença de R\$ 152.107,53, verificada entre o valor constante do Inventário Físico de Mercadorias do exercício de 2009 informado pelo Núcleo de Administração do Depósito de Bens Apreendidos/GEFMT/DIFIT/SUREC (R\$ 3.112.366,89, fls. 293 do Processo apenso nº 040.001.742/2010) e o registrado no balancete contábil da UG 130101 – Secretaria de Estado de Fazenda (R\$ 3.264.474,42, fls. 294 dos referidos autos); d) informe os mecanismos utilizados para acompanhar e controlar os atos e fatos que dão suporte aos lançamentos efetuados na conta contábil 112190500 – Mandado de Sequestro (UG 130101); e) apresente justificativa para a delonga na regularização do saldo de R\$ 12.885,67 registrado na Conta Contábil 121210621 – Depósitos Judiciais a Receber das Empresas (UG 130101), oriundo do exercício de 2003; f) preste circunstanciados esclarecimentos para a excessiva demora na devolução das garantias fornecidas por terceiros, cujas obrigações já foram extintas, e baixa dos respectivos saldos registrados há longa data nas Contas Contábeis 711410100 – Depósitos de Cauções em Espécie (UG 130101), 211410000 – Depósitos e Cauções (UG 130101) e 711410100 – Depósitos de Cauções em Espécie (UG 130103); g) encaminhe, se ainda não o fez, o Processo de TCE nº 040.002.086/2009, localizado na Corregedoria Fazendária – COFAZ, à Subsecretaria de tomada de contas especial da Secretaria de Estado de Transparência e Controle; h) informe o parâmetro (divisor de remuneração) empregado no cálculo do adicional noturno pago aos servidores da Secretaria que trabalharam em regime de escala de revezamento em plantão, no período de setembro/2004 até a presente data, com vistas à verificação da regularidade dos procedimentos adotados; i) envie a documentação comprobatória do pagamento indevido efetuado à empresa CIMCORP, no valor de R\$ 150.000,00, referente a evento de treinamento que não ocorreu, segundo apontado pelo Controle Interno no subitem 10.1 do Relatório de Auditoria nº 18/2011 – DIRAS/CONT (fls. 2254/2327 do Processo apenso nº 040.001.949/2010); j) remeta a esta Corte os resultados das sindicâncias instauradas em cumprimento às recomendações do Controle Interno contidas nos subitens 10.3 (equipamentos cedidos sem documentação), 10.4 (ausência de informação sobre o uso de licenças ORACLE), 10.5 (ausência de justificativa para a contratação de licenças ORACLE database Enterprise Edition), 10.6 (contratação de serviço já contemplado em outro contrato) e 10.9 (pagamento contratado e não realizado) do Relatório de Auditoria nº 18/2011 – DIRAS/CONT, anexando cópias dos relatórios conclusivos das respectivas comissões; k) informe o número dos processos de tomadas de contas especiais instauradas para apuração dos fatos relacionados com as irregularidades mencionadas nos subitens 10.1 (pagamento por capacitação não realizada) e 10.6 (contratação de serviço já contemplado em outro contrato) do aludido Relatório, segundo recomendação do Controle Interno, enviando a esta Corte cópia dos relatórios conclusivos das comissões apuradoras; l) envie o demonstrativo atinente à tomada de contas especial tratada no Processo nº 040.001.877/2005, com as informações previstas nos incisos I a VIII do art. 14 da Resolução nº 102/1998 - TCDF; IV. determinar à Secretaria de Estado de Fazenda que, após o encerramento dos trabalhos apuratórios, encaminhe as tomadas de contas especiais tratadas nos Processos nºs 040.000.691/2006 e 126.000.013/2008 ao órgão central de Controle Interno, para cumprimento do rito ordinário preconizado nos arts. 8º a 11 da Resolução nº 102/98 - TCDF, esclarecendo àquele Órgão que as referidas contas especiais não devem constar do demonstrativo previsto no art. 14 da citada Resolução pelo fato dos prejuízos apurados nesses autos ultrapassarem o valor de alçada fixado pela Resolução nº 181/2007 – TCDF.”

² **DECISÃO Nº 7851/2008-CRR**, exarada no Processo nº 1.532/02: “[...]IV - relativamente aos débitos dos ex-servidores FLÁVIO HENRIQUE ANDRADE DA SILVA, IRAN LIMA ARAGÃO FILHO e JOSÉ MARIA DOS SANTOS, nos termos do art. 12 da Resolução nº 102/1998, determinar ao órgão jurisdicionado que adote as providências administrativas/judiciais cabíveis no sentido de obter o ressarcimento dos valores devidos, noticiando o Tribunal acerca dos resultados obtidos via demonstrativos previstos no art. 14 da Resolução nº 102/1998 - TCDF; [...]”



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.3/S.3



direitos autorais e de ser condenada à indenização pelo uso de *software* não licenciado;

b) instaure o devido procedimento administrativo, visando aplicar à empresa LINK Consultores de Digitalização Ltda., as sanções preconizadas no art. 87 da Lei nº 8.666/93, em virtude da inexecução parcial do objeto contratado, conforme apontado pelo Controle Interno no subitem 10.9 do Relatório de Auditoria nº 18/11 – DIRAS/CONT (fls. 2254/2327 do Processo nº 040.001.949/10);

IV. autorize, nos termos do art. 13, inciso III, da Lei Complementar nº 1/94, a audiência dos responsáveis nominados no parágrafo 31 da Informação nº 325/13 – SECONT/1ª DICONTE (fls. 554/556) para que, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentem razões de justificativa em face das irregularidades ali descritas, ante a possibilidade de terem suas contas julgadas irregulares;

V. autorize:

a) seja dado conhecimento da ocorrência mencionada no inciso III, alínea “a” ao Núcleo de Fiscalização de Tecnologia da Informação – NFTI desta Corte;

b) o retorno dos autos à Secretaria de Contas para adoção das providências de estilo.

Sala das Sessões, 23 de junho de 2015.

JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS
Conselheiro – Relator

Distribuição de cópias antecipadas (RI/TCDF, art. 54, II).